



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Sumário

ANEXO I - DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA	2
ANEXO II - ENDEREÇOS DO CONTRATANTE	10
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	13
ANEXO IV - UNIFORMES	14
ANEXO V - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS.....	18
ANEXO VI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)	24
ANEXO VII - FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU ALTERAÇÃO CADASTRAL DO TERCEIRIZADO	33
ANEXO VIII - MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	35
ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE APOSENTADORIA ESPECIAL.....	37
ANEXO X - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	38
ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS	56
ANEXO XII - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	57
ANEXO XIII - PESQUISA DE PREÇOS	70
ANEXO XIV - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	74
ANEXO XV - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A CEF.....	80
ANEXO XVI - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA	93
ANEXO XVII - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA	94



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO I
DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA

1. Belo Horizonte

- 1.1. A distribuição dos postos de vigilância por instalações prediais deste Contratante na Capital, sediada em Belo Horizonte/Minas Gerais, encontra-se discriminada nas tabelas a seguir.
- 1.2. Para facilitar a visualização, os postos foram divididos em dois grandes grupos, a saber: vigilância armada e vigilância desarmada. Após definida a divisão primária (armado x desarmado) derivam as subdivisões relativas à vestimenta de uniforme seguida pelas jornadas de trabalho.
- 1.3. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades operacionais do Contratante e será determinada pela Secretaria gestora do contrato.
- 1.4. O endereçamento completo para as instalações prediais a seguir citadas encontra-se detalhado no [Anexo II](#).
- 1.5. **Contratação imediata:**

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA NA CAPITAL
Contratação Imediata

UNIDADE	Vigilância Armada							Vigilância Desarmada				
	Uniforme Social			Uniforme Operacional				Uniforme Social		Uniforme Operacional		
	44h	12x36 diurno	12x36 noturno	44h	12x36 diurno	12x36 noturno	Intervalista	44h	Supervisor 44h	44h	Especialista Monitoramento	
											12x36 diurno	12x36 noturno
BH - Getúlio Vargas (Sede)	1	-	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-
BH - Getúlio Vargas (Anexo)	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
BH - Drumond	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	2
BH - Goitacazes	-	-	-	3	-	1	-	-	-	14	-	-
BH - Curitiba	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
BH - Amazonas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
BH - Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BH - Pedro II	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
BH - UFMG (Q20)	-	-	-	-	3	3	-	-	-	1	-	-
BH - UFMG (Q26)	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-
BH (livre alocação)	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
	2	0	1	7	5	7	6	5	0	16	2	2
Total Postos - BH											53	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

1.6. Expectativa de contratação futura:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA NA CAPITAL
Expectativa de contratação futura

UNIDADE	Vigilância Armada							Vigilância Desarmada				
	Uniforme Social			Uniforme Operacional				Uniforme Social		Uniforme Operacional		
	44h	12x36 diurno	12x36 noturno	44h	12x36 diurno	12x36 noturno	Intervalista	44h	Supervisor 44h	44h	Especialista Monitoramento	
											12x36 diurno	12x36 noturno
BH - Getúlio Vargas (Sede)	2	1	-	-	-	-	-	10	1	-	-	-
BH - Getúlio Vargas (Anexo)	1	1	1	-	-	-	-	7	-	-	-	-
BH - Drumond	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
BH - Goitacazes	-	-	-	-	1	-	-	-	1	12	-	-
BH - Curitiba	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
BH - Amazonas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
BH - Mato Grosso	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
BH - Pedro II	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
BH - UFMG (Q20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BH - UFMG (Q26)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
BH (livre alocação)	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-
	3	2	1	0	6	4	9	17	2	12	0	0
Total Postos - BH											56	

2. Interior:

- 2.1. A distribuição dos postos de vigilância por instalações prediais deste Contratante no interior do estado de Minas Gerais encontra-se discriminada na tabela a seguir.
- 2.2. Adota-se no interior o padrão de 2 (dois) postos de vigilante armado em jornada de 44h semanais, para a prestação de serviço de segunda a sexta-feira, com gozo de intervalo intrajornada de, no mínimo, 1(uma) hora, por município que abrigue foro ou vara do trabalho.
- 2.3. Para os municípios do interior com elevado índice de furtos e arrombamentos há a expectativa de contratação futura de postos em jornada 12x36 noturno, de segunda-feira à domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em escala de revezamento de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, com gozo de intervalo intrajornada de, no mínimo, 1(uma) hora.
- 2.4. No interior, todos os postos de vigilância possuem em comum a característica de serem armados e com a vestimenta de uniforme operacional.
- 2.5. O endereçamento completo para as instalações prediais a seguir citadas encontra-se detalhado no [Anexo II](#).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

2.6. Contratação imediata:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO INTERIOR Contratação Imediata					
Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos	Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos
· 1 Aimorés	Vigilante Armado 44h	2	· 34 Manhuaçu	Vigilante Armado 44h	2
· 2 Alfenas	Vigilante Armado 44h	2	· 35 Monte Azul	Vigilante Armado 44h	2
· 3 Almenara	Vigilante Armado 44h	2	· 36 Montes Claros	Vigilante Armado 44h	2
· 4 Araçuaí	Vigilante Armado 44h	2	· 37 Muriaé	Vigilante Armado 44h	2
· 5 Araguaçu	Vigilante Armado 44h	2	· 38 Nanuque	Vigilante Armado 44h	2
· 6 Araxá	Vigilante Armado 44h	2	· 39 Nova Lima	Vigilante Armado 44h	2
· 7 Barbacena	Vigilante Armado 44h	2	· 40 Ouro Preto	Vigilante Armado 44h	2
· 8 Betim	Vigilante Armado 44h	2	· 41 Pará de Minas	Vigilante Armado 44h	2
· 9 Bom Despacho	Vigilante Armado 44h	2	· 42 Paracatu	Vigilante Armado 44h	2
· 10 Caratinga	Vigilante Armado 44h	2	· 43 Passos	Vigilante Armado 44h	2
· 11 Cataguases	Vigilante Armado 44h	2	· 44 Patos de Minas	Vigilante Armado 44h	2
· 12 Caxambu	Vigilante Armado 44h	2	· 45 Patrocínio	Vigilante Armado 44h	2
· 13 Congonhas	Vigilante Armado 44h	2	· 46 Pedro Leopoldo	Vigilante Armado 44h	2
· 14 Conselheiro Lafaiete	Vigilante Armado 44h	2	· 47 Pirapora	Vigilante Armado 44h	2
· 15 Contagem	Vigilante Armado 44h	2	· 48 Piumhi	Vigilante Armado 44h	2
· 16 Coronel Fabriciano	Vigilante Armado 44h	2	· 49 Poços de Caldas	Vigilante Armado 44h	2
· 17 Curvelo	Vigilante Armado 44h	2	· 50 Ponte Nova	Vigilante Armado 44h	2
· 18 Diamantina	Vigilante Armado 44h	2	· 51 Pouso Alegre	Vigilante Armado 44h	2
· 19 Divinópolis	Vigilante Armado 44h	2	· 52 Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 44h	2
· 20 Formiga	Vigilante Armado 44h	2	· 53 Sabará	Vigilante Armado 44h	2
· 21 Frutal	Vigilante Armado 44h	2	· 54 Santa Luzia	Vigilante Armado 44h	2
· 22 Governador Valadares	Vigilante Armado 44h	2	· 55 Santa Rita do Sapucaí	Vigilante Armado 44h	2
· 23 Guanhães	Vigilante Armado 44h	2	· 56 São João Del Rei	Vigilante Armado 44h	2
· 24 Guaxupé	Vigilante Armado 44h	2	· 57 São Sebastião do Paraíso	Vigilante Armado 44h	2
· 25 Itabira	Vigilante Armado 44h	2	· 58 Sete Lagoas	Vigilante Armado 44h	2
· 26 Itajubá	Vigilante Armado 44h	2	· 59 Teófilo Otoni	Vigilante Armado 44h	2
· 27 Itaúna	Vigilante Armado 44h	2	· 60 Três Corações	Vigilante Armado 44h	2
· 28 Ituiutaba	Vigilante Armado 44h	2	· 61 Ubá	Vigilante Armado 44h	2



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO INTERIOR
Contratação Imediata

Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos	Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos
· 29 Iturama	Vigilante Armado 44h	2	· 62 Uberaba	Vigilante Armado 44h	2
· 30 Januária	Vigilante Armado 44h	2	· 63 Uberlândia	Vigilante Armado 44h	2
· 31 João Monlevade	Vigilante Armado 44h	2	· 64 Unaí	Vigilante Armado 44h	2
· 32 Juiz de Fora	Vigilante Armado 44h	2	· 65 Varginha	Vigilante Armado 44h	2
· 33 Lavras	Vigilante Armado 44h	2			
Total Postos 44h				130	

2.7. Expectativa de contratação futura:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO INTERIOR
Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos
· 1 Contagem	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
· 2 Nova Lima	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
· 3 Pará de Minas	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
· 4 Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
· 5 Sabará	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
· 6 Santa Luzia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
· 7 Uberlândia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
· 8 Varginha	Vigilante Armado 12x36 noturno	1
Total Postos 12x36 noturno		8

3. Justificativas para distribuição de postos

3.1. As justificativas e atribuições relacionadas à alocação de cada um dos postos de trabalho previstos, tanto na capital como no interior, encontram-se discriminadas na tabela a seguir.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

3.2. Contratação imediata:

JUSTIFICATIVAS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA
Contratação Imediata

Unidade	Jornada	Armado Desarmado	Traje	Qntd.	Alocação / Justificativas / Observações
BH - Getúlio Vargas (Sede)	44h	Armado	Social	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	44h	Desarmado	Social	4	· 3 Segunda Instância - 1 (um) posto por andar (13º ao 15º andar), com alocação prioritária nos gabinetes da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria e Vice Corregedoria, podendo fazer ronda em todos os andares da Segunda Instância, para realizar a segurança do local e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrências
					· 1 Portaria - Operar e equipamento de inspeção de bagagens por raio-X
	12x36 noturno	Armado	Social	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
BH - Getúlio Vargas (Anexo)	44h	Armado	Social	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	44h	Desarmado	Social	1	· 1 Portaria - Operar e equipamento de inspeção de bagagens por raio-X
BH - Drumond	44h	Armado	Operacional	2	· 1 Portaria da Ouvidoria - Realizar os procedimentos de controle de acesso e segurança na portaria da Secretaria da Ouvidoria e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência
					· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	12x36 diurno	Desarmado	Operacional	2	· 2 CCSEG - Auxiliar o agente da polícia judicial no plantão no Centro de Controle de Segurança (CCSEG), no Sistema de Monitoramento por CFTV, atuando sob supervisão nos serviços de pronta resposta às ocorrências registradas nas unidades da capital e interior do Estado que necessitem de intervenção da Segurança Institucional. Devem ser especializados em monitoramento.
	12x36 noturno	Desarmado	Operacional	2	· 2 CCSEG - Auxiliar o agente da polícia judicial no plantão no Centro de Controle de Segurança (CCSEG), no Sistema de Monitoramento por CFTV, atuando sob supervisão nos serviços de pronta resposta às ocorrências registradas nas unidades da capital e interior do Estado que necessitem de intervenção da Segurança Institucional. Devem ser especializados em monitoramento.
BH - Goitacazes	44h	Armado	Operacional	3	· 2 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
					· 1 Garagem - Garantir a segurança de magistrados e servidores durante o embarque, desembarque e estacionamento dos veículos e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	44h	Desarmado	Operacional	14	· 12 Primeira Instância (5º ao 16º andar) - 1 (um) postos por andar de vara do trabalho para realizar a segurança do local e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrências
					· 1 Diretoria do Foro, SEAD, Amatra (3º andar) - Realizar a segurança do local e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrências
					· 1 Portaria - Operar e equipamento de inspeção de bagagens por raio-X



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

JUSTIFICATIVAS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA
Contratação Imediata

Unidade	Jornada	Armado Desarmado	Traje	Qntd.	Alocação / Justificativas / Observações
	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Auxiliar os agentes da polícia judicial escalados no plantão na proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição
BH - Curitiba	44h	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	44h	Desarmado	Operacional	1	· 1 Portaria - Operar e equipamento de inspeção de bagagens por raio-X
BH - Amazonas	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Auxiliar os agentes da polícia judicial escalados no plantão na proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição
BH - Pedro II	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Auxiliar os agentes da polícia judicial escalados no plantão na proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição
BH - UFMG (Q20)	44h	Desarmado	Operacional	1	· 1 Portaria - Operar e equipamento de inspeção de bagagens por raio-X
	12x36 diurno	Armado	Operacional	3	· 3 Portaria do prédio Mário Verneck (1 posto), entrada da garagem (1 posto), garagem (1 posto) - Executar procedimentos de controle de acesso e segurança local
	12x36 noturno	Armado	Operacional	3	· 3 Portaria do prédio Mário Verneck (1 posto), garagem (2 postos) - Auxiliar os agentes da polícia judicial escalados no plantão na proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição
BH - UFMG (Q26)	44h	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	12x36 diurno	Armado	Operacional	2	· 2 Interior do prédio - Executar procedimentos de controle de acesso e segurança local
	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Auxiliar os agentes da polícia judicial escalados no plantão na proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição
BH (livre alocação)	Intervalista	Armado	Operacional	6	· 6 Realizar a cobertura do intervalo intrajornada dos postos a serem indicados pela unidade Gestora, no período entre 10h e 15h, executando todas as tarefas desempenhadas pelo terceirizado efetivo
Interior	44h	Armado	Operacional	130	· 130 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso, proteger as instalações físicas e bens patrimoniais da instituição.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

3.3. Expectativa de contratação futura:

JUSTIFICATIVAS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA

Expectativa de contratação futura

Unidade	Jornada	Armado Desarmado	Traje	Qntd.	Alocação / Justificativas / Observações
BH - Getúlio Vargas (Sede)	44h	Armado	Social	2	· 2 Plenário 1 (10º andar) e Plenário 2 (8º andar) - Auxiliar os agentes da polícia judicial na segurança das Sessões
	44h	Desarmado	Social	10	· 10 Segunda Instância - 1 (um) posto por andar de gabinete (2º ao 12º andar, exceto 10º andar - Plenário) para realizar a segurança do local e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrências
	44h	Desarmado	Social	1	· 1 Supervisor - supervisionar os serviços para dar fiel cumprimento às atribuições dos vigilantes e para rápida solução de problemas envolvendo a atividade desempenhada pela equipe de prestadores de serviços alocada nos prédios da av. Getúlio Vargas (Sede e Anexo) e Drumond. Atuar como elo comunicativo entre o núcleo gestor e a administração da empresa de vigilância.
	12x36 diurno	Armado	Social	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
BH - Getúlio Vargas (Anexo)	44h	Armado	Social	1	· 1 Plenários 3 e 4 (10º andar) - Auxiliar os agentes da polícia judicial na segurança das Sessões
	44h	Desarmado	Social	7	· 7 Segunda Instância - 1 (um) posto por andar de gabinete (2º ao 8º andar) para realizar a segurança do local e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrências
	12x36 diurno	Armado	Social	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	12x36 noturno	Armado	Social	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
Bh- Drumond	12x36 diurno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
BH - Goitacazes	12x36 diurno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	44h	Desarmado	Operacional	12	· 12 Primeira Instância - considerando que a expectativa é que a futura instalação predial que passará a abrigar a 1ª Instância contará com metragem mais ampla por andar, será necessária a cobertura por 2 (dois) postos de vigilante por andar de vara do trabalho para realizar a segurança do local e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrências. Tendo em vista que a contratação imediata já conta com 12 (doze) postos, far-se-á necessário apenas o acréscimo de mais 12 (doze) postos.
	44h	Desarmado	Social	1	· 1 Supervisor - supervisionar os serviços para dar fiel cumprimento às atribuições dos vigilantes e para rápida solução de problemas envolvendo a atividade desempenhada pela equipe de prestadores de serviços alocada nos prédios da Goitacazes, Curitiba, Amazonas, Mato Grosso, Pedro II e UFMG. Atuar como elo comunicativo entre o núcleo gestor e a administração da empresa de vigilância.
BH - Curitiba	12x36 diurno	Armado	Operacional	1	· 1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

JUSTIFICATIVAS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA

Expectativa de contratação futura

Unidade	Jornada	Armado Desarmado	Traje	Qntd.	Alocação / Justificativas / Observações
	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
BH - Amazonas	12x36 diurno	Armado	Operacional	1	1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
BH - Mato Grosso	12x36 diurno	Armado	Operacional	1	1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	1 Portaria - Auxiliar os agentes da polícia judicial escalados no plantão na proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição
BH - Pedro II	12x36 diurno	Armado	Operacional	1	1 Portaria - Executar procedimentos de controle de acesso e acionar os agentes da polícia judicial em caso de ocorrência.
BH - UFMG (Q26)	12x36 noturno	Armado	Operacional	1	1 Portaria - Auxiliar os agentes da polícia judicial escalados no plantão na proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição
BH (livre alocação)	Intervalista	Armado	Operacional	9	9 Realizar a cobertura do intervalo intrajornada dos postos a serem indicados pela unidade Gestora, no período entre 10h e 15h, executando todas as tarefas desempenhadas pelo terceirizado efetivo
Interior	12x36 noturno	Armado	Operacional	8	8 Proteção das instalações físicas e bens patrimoniais da instituição em unidades com elevados índices de ocorrências de furtos e arrombamentos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO II
ENDEREÇOS DO CONTRATANTE

1. Belo Horizonte:

BELO HORIZONTE (CAPITAL)		
UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE PARA CONTATO
BH - Getúlio Vargas (Sede)	Avenida Getúlio Vargas, 225 - Funcionários - CEP: 30122 - 020.	(31) 3228 - 7450 / 7105
BH - Getúlio Vargas (Anexo)	Avenida Getúlio Vargas, 265 - Funcionários - CEP: 30112 - 900.	(31) 3228 - 7331 / 7105
BH - Drumond	Rua Desembargador Drumond, 41 - Serra - CEP: 30220 - 030.	(31) 3228 - 7100 / 7105
BH - Goitacazes	Rua Goitacazes, N. 1475 - Barro Preto - CEP: 30190-055.	(31) 3330 - 7500 / 3228 - 7105
BH - Curitiba	Rua Curitiba, N. 835 - Centro - CEP: 30170-910.	(31) 3238 - 7800 / 3228 - 7105
BH - Amazonas	Avenida Amazonas, N. 3010 - Prado - CEP: 30411-186.	(31) 3332 - 1089 / 3228 - 7105
BH - Mato Grosso	Rua Mato Grosso, nº 400 - Barro Preto - CEP: 30190-081.	(31) 3272 - 8104 / 3228 - 7105
BH - Pedro II	Rua Alípio de Melo, nº 151 - Jardim Montanhês - CEP: 30750-010.	(31) 3479 - 7950 / 3228 - 7105
BH - UFMG (Q20)	Rua Guaicurus, 201 - Centro - CEP: 30111- 060.	(31) 3228 - 7105
BH - UFMG (Q26)	Rua Guaicurus, 200 - Centro - CEP: 30111- 060.	(31) 3228 - 7105

2. Interior:

INTERIOR		
UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE PARA CONTATO
1 Aimorés	Avenida Deputado Álvaro Sales, nº 745 - Rua Nova - CEP: 35200-000	(33) 3267 - 1386
2 Alfenas	Rua Treze De Maio, nº 507 - Centro - CEP: 37130-161	(35) 3291-4569
3 Almenara	Rua Mário José De Souza, nº 30 - Parque São José - CEP: 39900-000	(33) 3721-2604
4 Araçuaí	Rua Nossa Senhora Aparecida - Centro - CEP: 39600-000	(33) 3731-1400
5 Araguari	Avenida Batalhão De Mauá, nº 1.326 - Santa Helena - CEP: 38440-227	(34) 3246-4543
6 Araxá	Praça José Adolfo De Aguiar, nº 10 - Vila Fertiza - CEP: 38184-249	(34) 3661-2234
7 Barbacena	Avenida Bias Fortes, nº 563 - Centro - CEP: 36200-068	(32) 3333-5431
8 Betim	Avenida Governador Valadares, nº 376 - Centro - CEP: 32600-222	(31) 3529-6401
9 Bom Despacho	Avenida Lalema Vieira, nº 647 - Esplanada - CEP: 35600-000	(37) 3522-3370
10 Caratinga	Praça Felipe Moreira Caldas, nº 21 - Santa Zita - CEP: 35302-001	(33) 3321-2239
11 Cataguases	Alameda Francisco Peixoto Filho, nº 105 - Granjaria - CEP: 36773-541	(32) 3421-1527
12 Caxambu	Avenida Ápio Cardoso, nº 241 - Centro - CEP: 37440-000	(35) 3341-3659
13 Congonhas	Avenida Bias Fortes, nº 1127 - Basílica - CEP: 36415-000	(31) 3731-1607
14 Conselheiro Lafaiete	Av. Professor Manoel Martins, 489 - Campo Alegre - CEP: 36400-000	(31) 3763-2070



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INTERIOR			
UNIDADE		ENDEREÇO	TELEFONE PARA CONTATO
15	Contagem	Rua Joaquim Rocha, nº 13 - Centro - CEP: 32017-270	(31) 3399-1600
16	Coronel Fabriciano	Rua José Gomes Ferreira, nº 90 - Belvedere - CEP: 35170-185	(31) 3841-9701
17	Curvelo	Rua Desembargador Elias Pinto, nº 310 - Centro - CEP: 35790-000	(38) 3721-2411
18	Diamantina	Rua Caminho Do Carro, nº 237 - Centro - CEP: 39100-000	(38) 3531-2083
19	Divinópolis	Rua Pernambuco, nº 239 - Centro - CEP: 35500-008	(37) 3222-0755
20	Formiga	Avenida Primeiro De Maio, nº 283 - Alvorada - CEP: 35570-000	(37) 3322-3144
21	Frutal	Praça 7 De Setembro, nº 200 - 6º Andar - Centro - CEP: 38200-000	(34) 3421-2170
22	Governador Valadares	Rua Orbis Clube, nº 20 - 10º Andar - Centro - CEP: 35020-390	(33) 3212-9401
23	Guanhães	Praça Jk, nº 82 - 2º Andar - Centro - CEP: 39740-000	(33) 3421-2298
24	Guaxupé	Rua Domit Cecílio, nº 780 - Vila Magalhães - CEP: 37800-000	(35) 3551-5440
25	Itabira	Avenida Prefeito Li Guerra, nº 250 - Praia - CEP: 35900-279	(31) 3834-8650
26	Itajubá	Rua Olavo Bilac, nº 266 - Centro - CEP: 37500-027	(35) 3622-2440
27	Itaúna	Rua José Luiz Calambau, nº 726 - Das Graças - CEP: 35680-331	(37) 3242-2780
28	Ituiutaba	Rua Getúlio Vargas, nº 30 - Universitário - CEP: 38302-220	(34) 3262-8190
29	Iturama	Avenida Belo Horizonte, nº 1544 - Centro - CEP: 38280-000	(34) 3411-2062
30	Januária	Rua Barão Do Rio Branco, nº 180 - Centro - CEP: 39480-000	(38) 3621-1204
31	João Monlevade	Rua Ricardo Leite, 262 - Nossa Senhora Da Conceição - CEP: 35930-017	(31) 3851-4237
32	Juiz de Fora	Avenida Barão Do Rio Branco, nº 1.880 - Centro - CEP: 36015-510	(32) 3229-5302
33	Lavras	Rua Rui Barbosa, nº 448 - Centro - CEP: 37200-000	(35) 3821-3183
34	Manhuaçu	Avenida Eloy Werner, Nº 560, Br 262 Km 35 - Nossa Senhora Aparecida - CEP: 36904-150	(33) 3331-3606
35	Monte Azul	Rua Coronel Eduardo Teixeira Chaves, nº 240 - Centro - CEP: 39500-000	(38) 3811-1422
36	Montes Claros	Avenida Major Alexandre Rodrigues, nº 65 - Ibituruna - CEP: 39401-301	(38) 3224-7401
37	Muriae	Avenida José Rezende Fontes, nº 270 - Boa Vista - CEP: 36880-004	(32) 3721-2590
38	Nanuque	Rua Minas Novas, nº 220 - Centro - CEP: 39860-000	(33) 3621-1967
39	Nova Lima	Rua Melo Viana, nº 277 - Centro - CEP: 34000-282	(31) 3541-5035
40	Ouro Preto	Rua Professor Paulo Magalhães Gomes, nº 15 - Bauxita - CEP: 35400-000	(31) 3551-3700
41	Pará de Minas	Rua Tabatinga, nº 170 - Vila Sinhô - CEP: 35660-089	(37) 3232-2344
42	Paracatu	Avenida Deputado Quintino Vargas, nº 310 - 2º Andar - Centro - CEP: 38600-212	(38) 3671-2260
43	Passos	Rua Antônio José Dos Santos, nº 135 - São Francisco - CEP: 37903-676	(35) 3521-7072
44	Patos de Minas	Rua Doutor José Olympio Melo, nº 70 - Eldorado - CEP: 38705-009	(34) 3821-3947



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INTERIOR			
UNIDADE		ENDEREÇO	TELEFONE PARA CONTATO
45	Patrocínio	Avenida Altino Guimarães, nº 1.205 - Centro - CEP: 38740-456	(34) 3831-3801
46	Pedro Leopoldo	Rua Anélio Caldas, nº 500 - Centro - CEP: 33600-000	(31) 3662-1352
47	Pirapora	Avenida João Pinheiro, nº 314 - Santos Dumont - CEP: 39270-000	(38) 3741-2246
48	Piumhi	Rua Padre Abel, nº 419 - Centro - CEP: 37925-000	(37) 3371-5668
49	Poços de Caldas	Rua José Bernardo, 99 - Country Club - CEP: 37701-359	(35) 3722-8957
50	Ponte Nova	Avenida Ernesto Trivellato, nº 210 - Triangulo - CEP: 35430-141	(31) 3817-1567
51	Pouso Alegre	Avenida Coronel Armando Rubens Storino, nº 2715 - Residencial Santa Rita Li - CEP: 37559-514	(35) 3427-2051
52	Ribeirão das Neves	Rua José Ferreira, nº 335 - Savassi - CEP: 33880-350	(31) 3624-1500
53	Sabará	Praça Santa Rita, nº 226 - Centro - CEP: 34505-330	(31) 3671-4655
54	Santa Luzia	Rua Bonfim, nº 179 - Centro - CEP: 33010-220	(31) 3641-2669
55	Santa Rita do Sapucaí	Avenida João De Camargo, nº 384 - Inatel - CEP: 37540-000	(35) 3471-1069
56	São João Del Rei	Avenida Hermílio Alves, nº 258 - Centro - CEP: 36307-328	(32) 3371-7468
57	São Sebastião do Paraíso	Avenida Doutor Pedro Bueno Junior, nº 100 - Jardim Mediterran - CEP: 37950-000	(35) 3558-4706
58	Sete Lagoas	Alameda Ismael Martins, nº101 - Boa Vista - CEP: 35700-647	(31) 3775-8291
59	Teófilo Otoni	Avenida Aniceto Alves De Souza, nº 40 - Doutor Laerte Laender - CEP: 39803-130	(33) 3521-9151
60	Três Corações	Praça Prefeito Odilon Rezende Andrade, nº 76 - 3º Andar - Centro - CEP: 37410-167	(35) 3234-1977
61	Ubá	Rua Vinte E Dois De Maio, nº 47 - Centro - CEP: 36500-060	(32) 3531-5412
62	Uberaba	Avenida Maria Carmelita Castro Cunha, nº 60 - Vila Olímpica - CEP: 38065-320	(34) 3311-9201
63	Uberlândia	Avenida Cesário Alvim, nº 3.200 - Brasil - CEP: 38400-696	(34) 3218-8000
64	Unaí	Rua Prefeito João Costa, nº 210 - Centro - CEP: 38610-000	(38) 3676-6859
65	Varginha	Avenida Princesa Do Sul, nº 620 - Jardim Andere - CEP: 37062-180	(35) 3214-3624



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Nome legível		CPF
Cargo	Empresa	
<p><input type="checkbox"/> Declaro ter vistoriado as instalações da Justiça do Trabalho da 3ª Região referentes ao Pregão Eletrônico N.º XX/2024, e atesto estar ciente das condições das instalações físicas em geral.</p> <p><input type="checkbox"/> Declaro que tenho pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, nos moldes exigidos pelo Anexo V, item 2.4, “c”, da IN Seges/MPDG nº 5/2017.</p> <p>Por ser verdade, firmo a presente.</p>		
Obs.:		
_____, ____ de _____ de 2024.		
_____ Assinatura e nome legível do responsável da empresa		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO IV
UNIFORMES

KIT 1 - UNIFORME SOCIAL				
FEMININO				
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ANUAL POR EMPREGADO
1	Blazer	Blazer. Casaco feminino. Poliéster Elastano, manga comprida. Emblema da empresa bordado na parte externa do bolso com a inscrição "SEGURANÇA", cor a definir.	278230	2
2	Calça	Tipo social, poliéster com elastano, na mesma cor do blazer.	602429	2
3	Lenço	Lenço feminino de pescoço em musseline, barra com costura, tamanho médio, cor a definir.	235270	2
4	Camisa Manga Longa	Estilo social, manga longa, poliéster e algodão, gola com entreteia compatível com o modelo, cor a definir.	610982	2
5	Camisa Manga Curta	Estilo social, manga curta, Poliéster e algodão, cor a definir.	600669	2
6	Sapato	Tipo social, sapato social ortopédico na cor preta, em couro acolchoado, borracha antiderrapante, reforço interno anterior e posterior, palmilha antiestresse, amortecedor de impacto, altura usual.	446155	1
7	Meia	Tipo 3/4, finas, 100% Poliéster, na cor preta.	446156	4
8	Cinto	Tipo social, de couro, cor preta, tamanho ajustável.	344396	1
9	Crachá	Laminado em material PVC branco, Formato padrão CR-80, com as seguintes dimensões: 86 x 54 x 0,75mm (mesmo tamanho e espessura de um cartão de crédito), contendo a logomarca da empresa de segurança e o nome completo da vigilante, fixação tipo jacaré.	474485	1
MASCULINO				
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ANUAL POR EMPREGADO
1	Paletó	Paletó - lã e poliéster. Emblema da empresa bordado na parte externa do bolso com a inscrição "SEGURANÇA", cor a definir.	484158	2
2	Calça	Tipo social, poliéster com elastano, na mesma cor do blazer.	602431	2
3	Gravata	Gravata tecido acetinado, modelo tradicional, lisa, cor a definir.	484098	2
4	Camisa Manga Longa	Estilo social, manga longa, poliéster e algodão, gola com entreteia compatível com o modelo, cor a definir.	484160	2
5	Camisa Manga Curta	Estilo social, manga curta, Poliéster e algodão, cor a definir.	602250	2
6	Sapato	Tipo social, sapato social ortopédico na cor preta, em couro acolchoado, borracha antiderrapante, reforço interno anterior e posterior, palmilha antiestresse, amortecedor de impacto, altura usual.	614126	1
7	Meia	Tecido poliamida na cor preta.	356819	4
8	Cinto	Tipo social, de couro, cor preta, tamanho ajustável.	344396	1
9	Crachá	Laminado em material PVC branco, Formato padrão CR-80, com as seguintes dimensões: 86 x 54 x 0,75mm (mesmo tamanho e espessura de um cartão de crédito), contendo a logomarca da empresa de segurança e o nome completo da vigilante, fixação tipo jacaré.	474485	1



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

KIT 2 - UNIFORME OPERACIONAL				
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ANUAL POR EMPREGADO
1	Calça	Tipo tática, cor idêntica à da camisa, tecido tipo Rip-Stop, com presilhas para cinto, 6 bolsos: 2 bolsos laterais superiores embutidos, 2 bolsos traseiros externos com fechamento por velcro, 2 bolsos laterais externos na altura do joelho com fechamento por velcro; reforço especial entrepernas e barra reforçada com ajuste em tecido aderente (velcro).	604706	2
2	Camisa	Tipo uniforme, cor idêntica à da calça, mangas curtas, com lapelas nos ombros, 100% algodão, com emblema da empresa bordado do lado esquerdo com a inscrição "SEGURANÇA", cor a definir.	238248	4
3	Jaqueta	Para frio, poliéster 600/500d e Tecido Mesh, cor idêntica à da calça, com bolsos externos e internos, de manga comprida, acabamento com forro, sem capuz, com emblema da empresa bordado do lado esquerdo com a inscrição "SEGURANÇA", cor a definir.	602824	1
4	Meias	Tipo soquete na cor preta.	446156	4
5	Coturno	Em couro e lona, cor preta, cano alto. Material interno têxtil para maior conforto aos pés. Forração Interna: com rápida dispersão de umidade. Solado: plano em borracha e plataforma de EVA, com isolamento térmico e elétrico e com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e do Empregado (C.A).	299873	1
6	Cinto	Tipo nylon com fivela oxi, tamanho ajustável.	377278	1
7	Boné	Tipo tático, 100% Algodão, com aba, cor idêntica à da calça, com fecho regulável e com emblema da empresa bordado na parte frontal com a inscrição "SEGURANÇA".	602667	1
8	Crachá	Laminado em material PVC branco, Formato padrão CR-80, com as seguintes dimensões: 86 x 54 x 0,75mm (mesmo tamanho e espessura de um cartão de crédito), contendo a logomarca da empresa de segurança e o nome completo da vigilante, fixação tipo jacaré.	474485	1

OBSERVAÇÕES:

1 - Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente, a cada ano de vigência do contrato;

2 - Os uniformes devem obedecer às normas do art. 149 da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, devendo as especificações aqui contidas servirem de mera referência.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

UNIFORMES - RESUMO

CONTRATAÇÃO IMEDIATA						
UNIFORME	POSTO DE TRABALHO	Nº POSTOS	Nº EMPREGADOS POR POSTO	Nº EMPREGADOS TOTAL/POSTO	KIT UNIFORME	Nº TOTAL DE KITS
Social	Vigilante Armado 44h	2	1	2	Kit 1	5
	Vigilante Desarmado 44h	3	1	3		
Operacional	Vigilante Armado 44h	137	1	137	Kit 2	182
	Vigilante Armado Intervalista	6	1	6		
	Vigilante Armado 12x36 diurno	5	2	10		
	Vigilante Armado 12x36 noturno	8	2	16		
	Vigilante Desarmado 44h	13	1	13		
Total de Postos		174	Total Empregados	187	Total kits	187

EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO FUTURA						
UNIFORME	POSTO DE TRABALHO	Nº POSTOS	Nº EMPREGADOS POR POSTO	Nº EMPREGADOS TOTAL/POSTO	KIT UNIFORME	Nº TOTAL DE KITS
Social	Vigilante Armado 44h	3	1	3	Kit 1	32
	Vigilante Armado 12x36 diurno	2	2	4		
	Vigilante Armado 12x36 noturno	2	2	4		
	Vigilante Desarmado 44h	19	1	19		
	Vigilante Desarmado Supervisor 44h	2	1	2		
Operacional	Vigilante Armado 12x36 diurno	6	2	12	Kit 2	66
	Vigilante Armado 12x36 noturno	3	2	6		
	Vigilante Desarmado 44h	15	1	15		
	Vigilante Armado 12x36 noturno	8	2	16		
	Vigilante Armado Intervalista	9	1	9		
	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	2	2	4		
	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	2	2	4		
Total de Postos		73	Total Empregados	98	Total kits	98



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
 Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

CONTRATAÇÃO IMEDIATA + FUTURA				
UNIFORME	Nº TOTAL POSTOS	Nº EMPREGADOS TOTAL/POSTO	KIT UNIFORME	Nº TOTAL DE KITS
Social	33	37	Kit 1	37
Operacional	214	248	Kit 2	248
Total Postos	247	Total Empregados		285



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO V
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

MATERIAIS DE CONSUMO				
KIT 1 - TODOS OS POSTOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ANUAL	JUSTIFICATIVA
1	LIVRO PARA ANOTAÇÃO Capa dura, com 100 (cem) folhas pautadas	411608	75 unid.	Para uso dos vigilantes para anotações/registro de ocorrências, observações e/ou alterações diárias, devendo ser fornecido 1 (um) livro por endereço do Contratante.
2	CANETAS ESFEROGRÁFICAS Fabricada em material transparente na cor azul ou preta	615588	150 unid.	Para uso dos vigilantes para anotações/registro de ocorrências, observações e/ou alterações diárias, devendo ser fornecidas 2 (duas) canetas por endereço do Contratante.
KIT 2 - VIGILANTE SUPERVISOR				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ANUAL	JUSTIFICATIVA
1	PAPEL SULFITE Resma com 500 (quinhentas) folhas de papel reciclado, formato A4 (210 x 297 mm)	204658	4 unid.	Para utilização dos supervisores na confecção de escalas, avisos e demais comunicados escritos necessários à coordenação das atividades, devendo ser fornecidas 2 (duas) resmas por posto de vigilante supervisor.
OBSERVAÇÃO: O fornecimento dos itens identificados como material de consumo, a ser entregue antes de iniciada a prestação dos serviços, deverá ser renovado, anualmente, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do início do novo período de vigência do contrato, caso ocorra prorrogação contratual				
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES				
KIT 3 - TODOS OS POSTOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ¹	JUSTIFICATIVA
1	ROUPEIRO Fabricado em aço com portas com altura mínima de 92cm, largura 27 cm, profundidade 40 cm, com pintura antiferrugem e fechadura por meio de chave ou por cadeado	613890	285 unid.	Para possibilitar o abrigo dos uniformes de trabalho e dos pertences pessoais dos vigilantes, tais como: roupas, bolsas, mochilas, livros, etc., uma vez que não é permitido mantê-los no local de trabalho, devendo ser fornecido 1 (um) roupeiro por empregado.
KIT 4 - APENAS POSTOS ARMADOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE ¹	JUSTIFICATIVA
1	COFRE Cofre de segurança para armazenamento de armas de fogo. Medidas externas mínima de 1,20 cm de altura, 55 cm largura e profundidade de 40 cm.	449886	75 unid.	Para a guarda dos revólveres durante o período em que não houver prestação de serviços, devendo ser fornecido o mínimo de 1 (um) cofre por endereço do Contratante.
2	REVÓLVER Calibre 38, com capacidade mínima para 5 (cinco) cartuchos, com carregador reserva, ambos municiados	99830	170 unid.	Para uso dos postos de vigilância armada. Atenção: 1 revólver atende 1 posto 12x36 composto por 2 vigilantes, podendo servir a 4 vigilantes para as instalações prediais que contam com postos diurnos e noturnos. O vigilante intervalista pode fazer uso do armamento do terceirizado efetivo durante o período em que este estiver em gozo do intervalo intrajornada.
3	PLACA BALÍSTICA Painéis para as capas de colete, com nível IIA, dentro das especificações NIJ 0101.04 ou superior, com fibras de aramida e polietileno ou semelhante, em tamanho e formato compatíveis com as capas para coletes especificadas em uniformes	482547	185 unid.	Para serem acopladas nas capas de coletes especificados para o kit de uniformes dos vigilantes armados. Atenção: 1 placa balística atende 1 posto 12x36 composto por 2 vigilantes, podendo servir a 4 vigilantes para as instalações prediais que contam com postos diurnos e noturnos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

4	CAPA DE COLETE PARA PLACA BALÍSTICA Tipo saque rápido, com proteção frontal, dorsal e lateral, com porta revólver e porta rádio comunicador	605162	225 unid.	Para acomodar a placa balística de uso obrigatório para os postos armados. Deverá ser fornecida 1 (uma) capa de colete por terceirizado ocupante de posto armado. Atenção: 1 posto 12x36 é composto por 2 terceirizados.
---	---	--------	-----------	--

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

KIT 5 - APENAS POSTOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME OPERACIONAL

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE	JUSTIFICATIVA
1	CASSETETE Tipo bastão expansível tático, em polipropileno	292307	240 unid.	Para defesa pessoal e ostensividade, devendo ser fornecido 1 (um) cassete por posto que faça uso do uniforme operacional. Atenção: 1 cassete atende 1 posto 12x36 composto por 2 vigilantes, podendo servir a 4 vigilantes para as instalações prediais que contam com postos diurnos e noturnos.
2	CINTO TÁTICO Fabricado em nylon, pai e filho, tamanho ajustável, com porta cassete e porta rádio comunicador.	377278	240 unid.	Para acomodar o cassete, permitindo que o vigilante permaneça com as mãos livres para melhor desempenho de suas funções. Deverá ser fornecido 1 (um) cinto tático por terceirizado ocupante de posto que faça uso de uniforme operacional. Atenção: 1 posto 12x36 é composto por 2 terceirizados.

KIT 6 - APENAS POSTOS ALOCADOS EM BELO HORIZONTE

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE	JUSTIFICATIVA
1	RÁDIO COMUNICADOR Digital, 16 Canais, VHF, com fone de ouvido compatível com microfone, carregador e bateria reserva (Modelo de Referência: Motorola DEP-450)	613657	85 unid.	Para a comunicação eficiente, rápida e simultânea entre os postos nos diversos andares, subsolo e área externa dos prédios do Contratante na capital, com transmissão de instruções, ocorrências e/ou comunicações pertinentes ao serviço. Deverá ser fornecido 1 (um) radiocomunicador por posto de vigilante armado para unidades que contêm com 2 (dois) ou mais postos em horário concomitante. Atenção: 1 radiocomunicador atende 1 posto 12x36 composto por 2 vigilantes, podendo servir a 4 vigilantes para as instalações prediais que contam com postos diurnos e noturnos.
2	RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO Funcionamento conectado à rede de informática, tipo impressão digitais - biométrico, integração com qualquer rede software.	247326	2 unid.	Para possibilitar o gerenciamento da frequência em tempo real pela Contratada de postos eventualmente desguarnecidos, de modo a viabilizar providências para imediata cobertura. Deverá ser instalado nas unidades do Contratante que contarem com número igual ou superior de 20 (vinte) terceirizados.

KIT 7 - APENAS POSTOS ARMADOS NOTURNOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE	JUSTIFICATIVA
1	LANTERNA Tipo tática, com bateria recarregável, com alça	401318	23	Para uso dos vigilantes armados noturnos nas rondas e vigilância das edificações, devendo ser fornecida 1 (um) lanterna por posto (atenção: 1 lanterna atende 1 posto 12x36 composto por 2 homens)

OBSERVAÇÃO:

Os equipamentos e materiais permanentes, dentre os quais se incluem alguns EPIs e EPCs, descritos nesta tabela devem ser fornecidos uma única vez, devendo ser substituído, de imediato, sempre que necessário, seja por defeito que impossibilite sua perfeita utilização ou por extravio.

Caso haja renovação contratual por períodos sucessivos, é dispensada a reposição dos itens que estiverem em perfeitas condições de uso.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS - RESUMO 1

Cesta de kits por posto de trabalho

LOCALIDADE	POSTO DE TRABALHO	UNIFORME	Nº POSTOS	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL PERMANENTE
Capital	Vigilante Armado 12x36 diurno	Social	2	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 6
	Vigilante Armado 12x36 diurno	Operacional	11	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 5 kit 6
	Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	11	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 5 Kit 6 kit 7
	Vigilante Armado 12x36 noturno	Social	2	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 6 Kit 7
	Vigilante Armado 44h	Social	5	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 6
	Vigilante Armado 44h	Operacional	7	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 5 Kit 6
	Vigilante Armado Intervalista	Operacional	15	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 5 Kit 6
	Vigilante Desarmado 44h	Operacional	28	Kit 1	Kit 3 Kit 5 Kit 6
	Vigilante Desarmado 44h	Social	22	Kit 1	Kit 3 Kit 6
	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	Operacional	2	Kit 1	Kit 3 kit 5 Kit 6
	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	Operacional	2	Kit 1	Kit 3 Kit 5 Kit 6
	Vigilante Desarmado Supervisor 44h	Social	2	Kit 1 Kit 2	Kit 3 Kit 6
Interior	Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	8	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 5 Kit 7
	Vigilante Armado 44h	Operacional	130	Kit 1	Kit 3 Kit 4 Kit 5

Total de Postos	247
------------------------	------------



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS - RESUMO 2

Nº total de empregados por kit para fins e rateio (contratação imediata + futura)

KIT	LOCALIDADE	POSTOS DE TRABALHO	UNIFORME	Nº POSTOS¹	Nº EMPREGADOS POR POSTO	Nº TOTAL DE EMPREGADOS POR POSTO	Nº TOTAL DE EMPREGADOS POR KIT
Kit 1	Capital	Vigilante Armado 12x36 diurno	Social	2	2	4	285
		Vigilante Armado 12x36 diurno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Social	2	2	4	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 44h	Social	5	1	5	
		Vigilante Armado 44h	Operacional	7	1	7	
		Vigilante Armado Intervalista	Operacional	15	1	15	
		Vigilante Desarmado 44h	Social	22	1	22	
		Vigilante Desarmado 44h	Operacional	28	1	28	
		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	Operacional	2	2	4	
		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	Operacional	2	2	4	
		Vigilante Desarmado Supervisor 44h	Social	2	1	2	
	Interior	Vigilante Armado 44h	Operacional	130	1	130	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	8	2	16	
Kit 2	Capital	Vigilante Desarmado Supervisor 44h	Social	2	1	2	2
Kit 3	Capital	Vigilante Armado 12x36 diurno	Social	2	2	4	285
		Vigilante Armado 12x36 diurno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Social	2	2	4	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 44h	Social	5	1	5	
		Vigilante Armado 44h	Operacional	7	1	7	
		Vigilante Armado Intervalista	Operacional	15	1	15	
		Vigilante Desarmado 44h	Social	22	1	22	
		Vigilante Desarmado 44h	Operacional	28	1	28	
		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	Operacional	2	2	4	
		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	Operacional	2	2	4	
		Vigilante Desarmado Supervisor 44h	Social	2	1	2	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Kit 3	Interior	Vigilante Armado 44h	Operacional	130	1	130	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	8	2	16	
KIT	LOCALIDADE	POSTOS DE TRABALHO	UNIFORME	Nº POSTOS ¹	Nº EMPREGADOS POR POSTO	Nº TOTAL DE EMPREGADOS POR POSTO	Nº TOTAL DE EMPREGADOS POR KIT
Kit 4	Capital	Vigilante Armado 12x36 diurno	Social	2	2	4	225
		Vigilante Armado 12x36 diurno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Social	2	2	4	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 44h	Social	5	1	5	
		Vigilante Armado 44h	Operacional	7	1	7	
		Vigilante Armado Intervalista	Operacional	15	1	15	
	Interior	Vigilante Armado 44h	Operacional	130	1	130	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	8	2	16	
Kit 5	Capital	Vigilante Armado 12x36 diurno	Operacional	11	2	22	248
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 44h	Operacional	7	1	7	
		Vigilante Armado Intervalista	Operacional	15	1	15	
		Vigilante Desarmado 44h	Operacional	28	1	28	
		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	Operacional	2	2	4	
		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	Operacional	2	2	4	
	Interior	Vigilante Armado 44h	Operacional	130	1	130	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	8	2	16	
Kit 6	Capital	Vigilante Armado 12x36 diurno	Social	2	2	4	139
		Vigilante Armado 12x36 diurno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Social	2	2	4	
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	11	2	22	
		Vigilante Armado 44h	Social	5	1	5	
		Vigilante Armado 44h	Operacional	7	1	7	
		Vigilante Armado Intervalista	Operacional	15	1	15	
		Vigilante Desarmado 44h	Social	22	1	22	
		Vigilante Desarmado 44h	Operacional	28	1	28	
		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	Operacional	2	2	4	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Kit 6		Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	Operacional	2	2	4	
		Vigilante Desarmado Supervisor 44h	Social	2	1	2	
Kit 7	Capital	Vigilante Armado 12x36 noturno	Social	2	2	4	42
		Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	11	2	22	
	Interior	Vigilante Armado 12x36 noturno	Operacional	8	2	16	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VI
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Formulários de Avaliação – Indicador de Desempenho nº 1
Inspeção dos serviços por posto de trabalho

1. Vigilância Armada

VIGILÂNCIA ARMADA	
INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 01 - INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços de vigilância nas dependências do TRT3.
Metas a cumprir	Garantir que 100% das rotinas estabelecidas para os serviços serão executadas conforme estabelecido no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará semanalmente a qualidade dos serviços prestados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Semanal.
Mecanismo de cálculo	FR = 100% - FQ FR_(R\$) = SOMA [(VP/30 x QD) x FR_(%)] Onde: FR = Fator Redutor FQ = Fator de Qualidade VP = Valor do Posto, devendo ser considerado o valor mensal total do posto por empregado QD = Quantidade de dias de prestação de serviço FR _(%) = Fator Redutor expresso em percentual FR _(R\$) = Fator Redutor expresso em termos monetários
Início da vigência	Nos 3 (três) primeiros meses da prestação de serviço, para adaptação da Contratada, o FQ não incidirá no VF.
Faixas de ajuste - FQ	Faixa 1 - DE: 80 A 90 PONTOS - 100% do valor mensal. Faixa 2 - DE: 70 A 79 PONTOS - 95% do valor mensal. Faixa 3 - DE: 60 A 69 PONTOS - 85% do valor mensal. Faixa 4 - DE: 50 A 59 PONTOS – 70% do valor mensal. Faixa 5 - DE: 40 A 49 PONTOS - 60% do valor mensal. Faixa 6 - DE: 27 A 39 PONTOS – 50 % do valor mensal.
Observações	- A incidência do Fator de Qualidade, de acordo com as faixas de ajuste acima descritas, não isenta a aplicação de penalidades previstas contratualmente, quando cabível. O Fator Redutor máximo a ser aplicado sobre o valor do posto será o de 50%. - Os serviços serão avaliados mensalmente e para obtenção do percentual final será feita a média aritmética simples do indicador 01 (Inspeção dos Serviços) e 02 (Postura e Apresentação).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INDICADOR Nº 01 – VIGILÂNCIA ARMADA						
AVALIAÇÃO DAS ROTINAS						
TAREFAS		ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
ATIBUIÇÕES	Fiscalização de pessoas, cargas e patrimônio (revista de pessoal e veicular quando necessário)					
	Registro dos fatos relativos ao serviço em livro de ocorrências					
	Escolta de pessoas e mercadorias (quando necessário)					
	Atenção à entrada de visitantes (abordagem de forma eficiente e educada) impedindo a entrada de pessoas/ veículos não autorizadas					
	Atenção em atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas e veículos					
	Controle da entrada e saída de materiais e equipamentos (exigindo sempre as respectivas autorizações necessárias)					
	Uso correto da arma de fogo					
	Porte de arma em local correto (somente no colete de saque rápido)					
	Cuidado e precaução no manuseio da arma					

CRITÉRIOS - INDICADOR Nº 01 - VIGILÂNCIA ARMADA		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
ÓTIMO	10 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Efetiva fiscalização de pessoas, cargas e patrimônio (revista de pessoal e veicular quando necessário); • Correto registro dos fatos em livro de ocorrências; • Adequada escolta de pessoas e mercadorias (quando necessário); • Atenção decisiva à entrada de visitantes (abordagem de forma eficiente e educada) impedindo a entrada de pessoas/ veículos não autorizadas; • Atenção decisiva em atitudes suspeitas na entrada e saída de pessoas e veículos • Controle efetivo e eficaz da entrada e saída de materiais e equipamentos (exigindo sempre as respectivas autorizações necessárias); • Uso correto e responsável da arma de fogo; • Porte preciso de arma em local correto (somente no colete de saque rápido); • Correto, efetivo e eficaz manuseio da arma;
BOM	08 - PONTOS	• Ocorrência de fatos isolados que afetem o regular desempenho de uma ou poucas atribuições, mas que não comprometa o bom desempenho das atividades.
REGULAR	05 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho diversas atribuições, mas que não comprometa o bom desempenho das atividades.
RUIM	03 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho diversas atribuições e que comprometa o bom desempenho das atividades.
PÉSSIMO	0 - PONTOS	• Inadequação do serviço – rescisão contratual.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

2. Vigilância Desarmada

VIGILÂNCIA DESARMADA	
INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 01 - INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços de vigilância nas dependências do TRT3.
Metas a cumprir	Garantir que 100% das rotinas estabelecidas para os serviços serão executadas conforme estabelecido no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará semanalmente a qualidade dos serviços prestados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Semanal.
Mecanismo de cálculo	FR = 100% - FQ FR_(R\$) = SOMA [(VP/30 x QD) x FR_(%)] Onde: FR = Fator Redutor FQ = Fator de Qualidade VP = Valor do Posto, devendo ser considerado o valor mensal total do posto por empregado QD = Quantidade de dias de prestação de serviço FR _(%) = Fator Redutor expresso em percentual FR _(R\$) = Fator Redutor expresso em termos monetários
Início da vigência	Nos 3 (três) primeiros meses da prestação de serviço, para adaptação da Contratada, o FQ não incidirá no VF.
Faixas de ajuste - FQ	Faixa 1 - DE: 70 A 80 PONTOS - 100% do valor mensal. Faixa 2 - DE: 60 A 69 PONTOS - 95% do valor mensal. Faixa 3 - DE: 50 A 59 PONTOS - 85% do valor mensal. Faixa 4 - DE: 40 A 49 PONTOS – 70 % do valor mensal. Faixa 5 - DE: 30 A 39 PONTOS – 60 % do valor mensal. Faixa 6 - DE: 24 A 29 PONTOS – 50 % do valor mensal.
Observações	- A incidência do Fator de Qualidade, de acordo com as faixas de ajuste acima descritas, não isenta a aplicação de sanções administrativas contratualmente, quando cabível. O Fator Redutor máximo a ser aplicado sobre o valor do posto será o de 50%. - Os serviços serão avaliados mensalmente e para obtenção do percentual final será feita a média aritmética simples do indicador 01 (Inspeção dos Serviços) e 02 (Postura e Apresentação).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INDICADOR Nº 01 – VIGILÂNCIA DESARMADA						
AVALIAÇÃO DAS ROTINAS						
TAREFAS		ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
ATIBUIÇÕES	Vigília, prevenção, controle, combate de delitos, atenção em atitudes suspeitas					
	Zelo na segurança das pessoas e do patrimônio					
	Recepção e controle da movimentação de pessoas					
	Prestação de informações ao público					
	Manutenção da guarda do posto					
	Registro dos fatos relativos ao serviço em livro de ocorrências					
	Comunicação adequada por radiocomunicador e/ou telefone					
	Manuseio e operação de detectores de metais					

CRITÉRIOS - INDICADOR Nº 01 - VIGILÂNCIA DESARMADA		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
ÓTIMO	10 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Efetiva vigília, prevenção, controle e combate de delitos; • Irrepreensível zelo na segurança das pessoas e do patrimônio; • Correta recepção e controle da movimentação de pessoas; • Precisa prestação de informações ao público; • Rigorosa manutenção da guarda do posto; • Correto registro dos fatos em livro de ocorrências; • Comunicação efetiva e eficaz (por radiocomunicador e/ou telefone); • Correto manuseio e operação de detectores de metais.
BOM	08 - PONTOS	• Ocorrência de fatos isolados que afetem o regular desempenho de uma ou poucas atribuições, mas que não comprometa o bom desempenho das atividades.
REGULAR	05 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho diversas atribuições, mas que não comprometa o bom desempenho das atividades.
RUIM	03 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho diversas atribuições e que comprometa o bom desempenho das atividades.
PÉSSIMO	0 - PONTOS	• Inadequação do serviço – rescisão contratual.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

3. Vigilância especializada em monitoramento

<u>VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA EM MONITORAMENTO</u>	
INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 01 - INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços de vigilância nas dependências do TRT3.
Metas a cumprir	Garantir que 100% das rotinas estabelecidas para os serviços serão executadas conforme estabelecido no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará semanalmente a qualidade dos serviços prestados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Semanal.
Mecanismo de cálculo	FR = 100% - FQ FR_(R\$) = SOMA [(VP/30 x QD) x FR_(%)] Onde: FR = Fator Redutor FQ = Fator de Qualidade VP = Valor do Posto, devendo ser considerado o valor mensal total do posto por empregado QD = Quantidade de dias de prestação de serviço FR _(%) = Fator Redutor expresso em percentual FR _(R\$) = Fator Redutor expresso em termos monetários
Início da vigência	Nos 3 (três) primeiros meses da prestação de serviço, para adaptação da Contratada, o FQ não incidirá no VF.
Faixas de ajuste - FQ	Faixa 1 - DE: 22 A 30 PONTOS - 100% do valor mensal. Faixa 2 - DE: 18 A 21 PONTOS - 95% do valor mensal. Faixa 3 - DE: 16 A 19 PONTOS - 85% do valor mensal. Faixa 4 - DE: 14 A 17 PONTOS – 70% do valor mensal. Faixa 5 - DE: 12 A 15 PONTOS - 60% do valor mensal. Faixa 6 - DE: 9 A 11 PONTOS – 50 % do valor mensal.
Observações	- A incidência do Fator de Qualidade, de acordo com as faixas de ajuste acima descritas, não isenta a aplicação de penalidades previstas contratualmente, quando cabível. O Fator Redutor máximo a ser aplicado sobre o valor do posto será o de 50%. - Os serviços serão avaliados mensalmente e para obtenção do percentual final será feita a média aritmética simples do indicador 01 (Inspeção dos Serviços) e 02 (Postura e Apresentação).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INDICADOR Nº 01 – VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA EM MONITORAMENTO					
AVALIAÇÃO DAS ROTINAS					
TAREFAS		ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Registro dos fatos relativos ao serviço em livro de ocorrências					
Auxílio no Sistema de Monitoramento por CFTV, sob a supervisão de agentes de polícia judicial e integrantes da Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional do Tribunal					
Atuação nas ocorrências registradas nas unidades do Tribunal					
CRITÉRIOS - INDICADOR Nº 01 - VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA EM MONITORAMENTO					
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS			
ÓTIMO	10 - PONTOS	• Correto registro dos fatos em livro de ocorrências;			
		• adequado auxílio no Sistema de Monitoramento por CFTV;			
		• Atuação precisa nas ocorrências registradas nas unidades do Tribunal.			
BOM	08 - PONTOS	• Ocorrência de fatos isolados que afetem o regular desempenho de uma ou poucas atribuições, mas que não comprometa o bom desempenho das atividades.			
REGULAR	05 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho diversas atribuições, mas que não comprometa o bom desempenho das atividades.			
RUIM	03 - PONTOS	• Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho diversas atribuições e que comprometa o bom desempenho das atividades.			
PÉSSIMO	0 - PONTOS	• Inadequação do serviço – rescisão contratual.			

4. Vigilante Supervisor

<u>SURPEVISOR</u>	
INDICADOR Nº 01 - INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a organização e o acompanhamento das rotinas de trabalho nas dependências do TRT3.
Metas a cumprir	Garantir que 100% das rotinas estabelecidas para os serviços serão executadas conforme estabelecido no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará mensalmente a qualidade dos serviços prestados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	FR = 100% - FQ FR_(R\$) = SOMA [(VP/30 x QD) x FR_(%)] Onde: FR = Fator Redutor FQ = Fator de Qualidade VP = Valor do Posto, devendo ser considerado o valor mensal total do posto por empregado QD = Quantidade de dias de prestação de serviço FR _(%) = Fator Redutor expresso em percentual FR _(R\$) = Fator Redutor expresso em termos monetários
Início da vigência	Nos 3 (três) primeiros meses da prestação de serviço, para adaptação da Contratada, o FQ não incidirá no VF.
	Faixa 1 - DE: 110 A 120 PONTOS - 100% do valor mensal.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Faixas de ajuste - FQ	<p>Faixa 2 - DE: 100 A 109 PONTOS - 95% do valor mensal.</p> <p>Faixa 3 - DE: 90 A 99 PONTOS - 85% do valor mensal.</p> <p>Faixa 4 - DE: 80 A 89 PONTOS – 75% do valor mensal.</p> <p>Faixa 5 - DE: 70 A 79 PONTOS - 70% do valor mensal.</p> <p>Faixa 6 - DE: 60 A 69 PONTOS – 65 % do valor mensal.</p> <p>Faixa 7 - DE: 50 A 59 PONTOS - 60% do valor mensal.</p> <p>Faixa 8 - DE: 36 A 49 PONTOS – 50 % do valor mensal.</p>
Observações	<p>- A incidência do Fator de Qualidade, de acordo com as faixas de ajuste acima descritas, não isenta a aplicação de penalidades previstas contratualmente, quando cabível. O Fator Redutor máximo a ser aplicado sobre o valor do posto será o de 50%.</p> <p>- Os serviços serão avaliados mensalmente e para obtenção do percentual final será feita a média aritmética simples do indicador 01 (Inspeção dos Serviços) e 02 (Postura e Apresentação).</p>

INDICADOR Nº 01 – VIGILANTE SUPERVISOR					
AVALIAÇÃO DAS ROTINAS					
TAREFAS		ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ROTINAS DE TRABALHO	Supervisão e orientação da execução dos serviços realizados pelos vigilantes				
	Supervisão e inspeção das rotinas de trabalho				
	Acompanhamento e controle da assiduidade e apresentação dos profissionais sob sua responsabilidade				
	Fiscalização da utilização de equipamentos, de EPIs e de uniformes				
	Manutenção da ordem interna em todas as áreas do Tribunal				
	Coordenação da equipe de trabalho, criação de cronogramas e escalas dos postos				
	Zelo pela pontualidade e apresentação dos vigilantes				
	Cumprimento das determinações emanadas pela Secretaria Gestora e Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional do Tribunal				
	Treinamento da equipe				
	Auxílio na coordenação e controle da execução dos serviços				
	Orientação da prestação dos serviços				
	Comunicação de fatos pertinentes à fiscalização técnico/setorial				

CRITÉRIOS - INDICADOR Nº 01 - VIGILANTE SUPERVISOR		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
ÓTIMO	10 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Execução eficaz do cronograma de tarefas; • Manutenção da disciplina; • Eficiência na comunicação com a fiscalização técnico/setorial.
BOM	08 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência isolada na organização/acompanhamento da rotina de trabalho comprometa o bom desempenho das atividades.
REGULAR	05 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrências que comprometam, em parte, a organização e acompanhamento eficaz das rotinas de trabalho.
RUIM	03 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão ineficaz das tarefas; • Supervisão e inspeção ineficiente das rotinas de trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

		<ul style="list-style-type: none"> Falta de acompanhamento e de controle da assiduidade dos profissionais sob sua responsabilidade; Não manutenção da disciplina; Não orientação dos profissionais sob sua responsabilidade; Ausência de comunicação dos fatos à fiscalização técnico/setorial; Não armazenamento e verificação do estoque de material de consumo (quando houver).
PÉSSIMO	0 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> Inadequação do serviço – rescisão contratual.

Formulários de Avaliação – Indicador de Desempenho nº 2
Postura e Apresentação esperada para todos os postos de trabalho

INDICADOR DE DESEMPENHO Nº 02 - POSTURA E APRESENTAÇÃO - TODOS OS POSTOS DE TRABALHO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir apresentação e postura adequadas dos terceirizados.
Metas a cumprir	Garantir que 100% dos terceirizados tenham ótima postura e correta apresentação.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará semanalmente a postura e apresentação dos terceirizados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Semanal.
Mecanismo de cálculo	<p>FR = 100% - FQ</p> <p>FR_(R\$) = SOMA [(VP/30 x QD) x FR_(%)]</p> <p>Onde:</p> <p>FR = Fator Redutor</p> <p>FQ = Fator de Qualidade</p> <p>VP = Valor do Posto, devendo ser considerado o valor mensal total do posto por empregado</p> <p>QD = Quantidade de dias de prestação de serviço</p> <p>FR_(%) = Fator Redutor expresso em percentual</p> <p>FR_(R\$) = Fator Redutor expresso em termos monetários</p>
Início da vigência	Nos 3 (três) primeiros meses da prestação de serviço, para adaptação da Contratada, o FQ não incidirá no VF.
Faixas de ajuste - FQ	<p>Faixa 1 - DE: 120 A 130 PONTOS - 100% do valor mensal.</p> <p>Faixa 2 - DE: 110 A 119 PONTOS - 95% do valor mensal.</p> <p>Faixa 3 - DE: 100 A 109 PONTOS - 85% do valor mensal.</p> <p>Faixa 4 - DE: 90 A 99 PONTOS – 75% do valor mensal.</p> <p>Faixa 5 - DE: 80 A 89 PONTOS - 70% do valor mensal.</p> <p>Faixa 6 - DE: 70 A 79 PONTOS – 65 % do valor mensal.</p> <p>Faixa 7 - DE: 60 A 69 PONTOS - 60% do valor mensal.</p> <p>Faixa 8 - DE: 39 A 59 PONTOS – 50 % do valor mensal.</p>
Observações	<p>- A incidência do Fator de Qualidade, de acordo com as faixas de ajuste acima descritas, não isenta a aplicação de penalidades previstas contratualmente, quando cabível. O Fator Redutor máximo a ser aplicado sobre o valor do posto será o de 50%.</p> <p>- Os serviços serão avaliados mensalmente e para obtenção do percentual final será feita a média aritmética simples do indicador 01 (Inspeção dos Serviços) e 02 (Postura e Apresentação).</p>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INDICADOR Nº 02 – TODOS OS POSTOS DE TRABALHO AVALIAÇÃO DA POSTURA E DA APRESENTAÇÃO					
APRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO		ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
UNIFORMES	Uso completo do uniforme				
	Uso completo dos acessórios e EPIs necessários				
	Conservação das peças do uniforme				
	Uso do crachá de identificação				
POSTURA	Pontualidade				
	Assiduidade				
	Cumprimento integral da jornada de trabalho				
	Produtividade				
	Urbanidade				
	Cumprimento das normas legais, regulamentares e das normas de segurança do Tribunal				
	Zelo pela preservação do patrimônio do Tribunal				
	Zelo no cumprimento de suas atribuições				
	Manutenção de conduta compatível com a função (evitar tratar de assuntos particulares; evitar confronto com servidores e magistrados, não participar de manifestações ou reivindicações no âmbito do Tribunal)				

CRITÉRIOS INDICADOR Nº 02 – VIGILANTES E SUPERVISOR		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
ÓTIMO	10 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Uso completo do uniforme; • Uso completo dos acessórios e EPIs; • Peças de uniforme em bom estado de conservação; • Uso de crachá • Pontualidade, assiduidade; • Boa produtividade; • Urbanidade, • Zelo no cumprimento das atribuições.
BOM	08 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência isolada de atraso; • Uniforme incompleto ocasionalmente; • Ocorrência de outros fatos isolados que não comprometam o bom desempenho das atividades.
REGULAR	05 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Atrasos constantes; • Ocorrência de outros fatos que afetem o regular desempenho das atribuições e que comprometam parcialmente o bom desempenho das atividades.
RUIM	03 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Uniforme incompleto; • Ocorrência de fatos que afetem o regular desempenho diversas atribuições e que comprometa o bom desempenho das atividades.
PÉSSIMO	0 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Inadequação do serviço – rescisão contratual.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VII

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU ALTERAÇÃO CADASTRAL DO TERCEIRIZADO

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU DE ALTERAÇÃO CADASTRAL DO TERCEIRIZADO	
IDENTIFICAÇÃO DO TERCEIRIZADO	
Nome:	
Nome social:	
CPF:	
Data de nascimento:	
Naturalidade/UF:	
e-mail:	
Endereço:	
Telefone:	
INFORMAÇÕES CONTRATUAIS	
Empresa	
Nº Contrato	
Posto de Trabalho	<input type="checkbox"/> Vigilante Armado 12x36 diurno <input type="checkbox"/> Vigilante Armado 12x36 noturno <input type="checkbox"/> Vigilante Armado 44h <input type="checkbox"/> Vigilante Armado intervalista <input type="checkbox"/> Vigilante Desarmado 44h <input type="checkbox"/> Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno <input type="checkbox"/> Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno <input type="checkbox"/> Vigilante Desarmado Supervisor 44h
Vale transporte	Faz uso de vale transporte? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim - Tarifa 1: R\$ _____ / Qntd passagens/dia: _____ Tarifa 2: R\$ _____ / Qntd passagens/dia: _____
Município de alocação do posto	
Data de alocação no TRT	
Nepotismo	O trabalhador é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de magistrado ou servidor do TRT 3ª Região? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Identificação do magistrado/servidor _____
INFORMAÇÕES SOCIAIS (Autodeclaração)	
Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Intersex <input type="checkbox"/> Não informado
Identidade de Gênero	<input type="checkbox"/> Cisgênero <input type="checkbox"/> Transgênero <input type="checkbox"/> Transexual <input type="checkbox"/> Travesti <input type="checkbox"/> Gênero Fluído <input type="checkbox"/> Agênero



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

	<input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Não informado
Raça/Cor	<input type="checkbox"/> Amarelo(a) <input type="checkbox"/> Branco(a) <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Negro(a) <input type="checkbox"/> Pardo(a) <input type="checkbox"/> Não informado
Situação de vulnerabilidade	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, mulher vítima de violência doméstica <input type="checkbox"/> Sim, mulher trans ou travesti <input type="checkbox"/> Sim, mulher migrante e refugiada <input type="checkbox"/> Sim, mulher em situação de rua <input type="checkbox"/> Sim, mulher indígena, campesina ou quilombola
Escolaridade	<input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino médio <input type="checkbox"/> Ensino superior
Salário Família	Faz jus ao salário família? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim - Filho ou equiparado menor de 14 anos / Qntd _____ Filho ou equiparado com deficiência / Qntd _____
DOCUMENTAÇÃO A SER ENCAMINHADA PELA EMPRESA AO TRIBUNAL	
1) Relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial)	
2) ASO (cópia referente à exame médico vigente)	
INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA EMPRESA EM:	
Data:	Responsável da empresa/ Certificado Digital ou Assinatura Eletrônica gov.br

Obs: As informações aqui registradas serão reservadas apenas à gestão contratual, sendo que os dados pessoais estarão protegidos e serão mantidos em sigilo, em observância à Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Obs: Este formulário conta com campos editáveis e deverá ser preenchido integralmente por via digital, devendo ser salvo ao final com a extensão pdf. Não é necessário imprimir este documento.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VIII
MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PAGAMENTO

CHECKLIST PARA O ATESTE DE NOTA FISCAL				
Recebimento Provisório				
Documentos a cargo dos fiscais técnico/setoriais		Juntado ao ePAD		Observações
		Sim	Não	
Formulário de frequência (TRP)				
IMR				
Documentos a cargo dos fiscais administrativos		Juntado ao ePAD		Observações
		Sim	Não	
Relatório de conferência de folha de pagamento e benefícios				
Relatório Circunstanciado				
Recebimento Definitivo				
Documentos a cargo do gestor		Juntado ao ePAD		Observações
		Sim	Não	
Termo de Recebimento Definitivo				
Documentos encaminhados pela Contratada Ref. Mês prestação dos serviços		Juntado ao ePAD		Observações
		Sim	Não	
Planilha de Faturamento				
Notas Fiscais				
Documento auxiliar de retenção de ISSQN (RANFS/DAPS/DRF) - Formiga, Januária				
Listagem analítica da folha de pagamento				
Comprovante de quitação da folha de pagamento				
Comprovante de pagamento de vale-alimentação				
Comprovante de pagamento de vale-transporte				
Guia de Recolhimento FGTS Digital (GFD) (Acompanhada do respectivo comprovante de pagamento)				
Guia de Recolhimento INSS (DARF) (Acompanhada do respectivo comprovante de pagamento)				
Declaração de enquadramento de aposentadoria especial				
Relatórios FGTS Digital	• Relação de Trabalhadores			
	• Relação de Tomadores de Serviço			
Relatórios DCTFWeb	• Relatório de Créditos			
	• Relatório de Débitos			
	• Relatório Resumo de Créditos			
	• Relatório Resumo de Débitos			
	• Relatório da Declaração Completa			
	• Recibo da Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários			
e-Social	• Evento eSocial - Informações das Contribuições Sociais Consolidadas por Trabalhador			



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Consulta Consolidada Pessoa Jurídica (TCU)	• TCU - Licitantes Inidôneos			
	• CNJ - Cadastro Nacional de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA)			
	• Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)			
	• Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Punidas			
Certidões Fiscais e Trabalhista	• Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)			
	• Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)			
	• Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Federais e à Dívida Ativa da União (CND - Unificada RFB/PGFN)			
Pós Recebimento Definitivo				
Documentos a cargo do gestor		Juntado ao ePAD		Observações
		Sim	Não	
Ateste das Notas Fiscais no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT)				
Responsável pela juntada				
Data:		Fiscal Administrativo		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE APOSENTADORIA ESPECIAL

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - APOSENTADORIA ESPECIAL

A (nome da empresa) – prestadora de serviço de segurança patrimonial nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, executado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra com a alocação de postos de vigilância armada e desarmada – (número do contrato) – declara que:

☐ os terceirizados abaixo relacionados fazem jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição:

CPF	Terceirizado	Posto de Trabalho	Localidade	Código FAE ¹

¹ Código FAE é aquele constante da tabela 02 (eSocial) - Financiamento da Aposentadoria Especial e Redução do Tempo de Contribuição

Declaro que os demais terceirizados integrantes do contrato (número do contrato) não listados na tabela anterior não fazem jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição.

☐ não há nenhum terceirizado pertencente ao referido contrato que faça jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição.

Declaro, ainda, que as informações anteriores estão em consonância com aquelas transmitidas via Evento S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos do eSocial).

Local: _____

Data: ____/____/____

(assinatura)

(assinatura)

Responsável técnico pela Saúde e Segurança do
Trabalho (SST)

Representante Legal e/ou Preposto



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO X
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. ELABORAÇÃO DA PLANILHA

- 1.1. As planilhas de custos e formação de preços apresentadas relativas aos serviços a serem contratados são meramente para fins de estimativa do preço máximo aceitável, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la, em conformidade com a sua realidade e com o previsto neste edital.
- 1.2. A Secretaria de Licitação e Contratos disponibilizará aos participantes do certame a versão eletrônica em arquivo editável do modelo de planilha de custos e formação de preços constante deste Anexo, para uniformização da apresentação das propostas. Ademais, cumpre informar que no arquivo editável, também, serão disponibilizadas planilhas apartadas para apuração dos custos médios dos Insumos Diversos detalhados conforme os KITs mencionados no [Anexo IV](#) – Uniformes e [Anexo V](#) – Equipamentos e Materiais do Termo de Referência.
- 1.3. As licitantes deverão apresentar as planilhas preenchidas em formato Microsoft Excel e em PDF, juntamente com a memória de cálculo detalhada constando a metodologia e as fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos.
- 1.4. Deverá ser preenchida uma planilha para cada tipo de posto e por localidade e, caso ocorram alterações necessárias referentes ao modelo apresentado, estas deverão ser justificadas, uma vez que servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução contratual.
- 1.5. As propostas dos licitantes devem ser apresentadas com base nas Convenções Coletivas de 2024.
- 1.6. Na elaboração de sua proposta, o licitante poderá utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (Acórdão 1097/2019 Plenário).
- 1.7. Os tributos (ISS, COFINS e PIS) devem ser definidos utilizando como parâmetros os Códigos Tributários Municipais e as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003. O licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas de custos e formação de preços com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato, definido nas respectivas legislações.
- 1.8. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS, conforme Acórdão nº 2.647/2009 – Plenário TCU, não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições, devendo a Contratada inserida nessa situação utilizar os percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, a ser comprovado por meio da documentação constante do [Anexo XVII](#).
- 1.9. O licitante deve preencher o item C do Submódulo 2.2 da planilha de custos e formação de preços com o valor do RAT de sua atividade preponderante e de seu FAP no exercício vigente, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação de documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante e de certidão contendo o percentual do FAP, GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

- 1.10. Conforme Acórdão 1.595/2006 – Plenário – TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para o Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a Contratada.
- 1.11. Os dados estatísticos podem ser alterados de acordo com a realidade da empresa. Nesse caso, deve a empresa apresentar memória de cálculo para que seja possível entender como foi obtido o novo percentual utilizado.
- 1.12. O aviso prévio indenizado será pago apenas nos primeiros 12 (doze) meses de contrato
- 1.13. O aviso prévio trabalhado será pago no percentual máximo de 1,94%, em parcela mensal, no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.
- 1.14. É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

2. INFORMAÇÕES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

Item A – Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) – Informar data de apresentação da proposta.

Item B – Município/UF – Informar o Município e a Unidade Federativa (UF) onde será executado o serviço.

Item C – Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo/Ano – Informar qual Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo utilizado como base e Ano de sua celebração.

Nos casos em que houver, informar o termo aditivo ao instrumento coletivo, principalmente nos casos em que a convenção coletiva ou acordo coletivo tiver vigência por mais de um ano.

Item D – Nº de meses de execução contratual – Informar número de meses da execução contratual, de acordo com o Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Item 1 – Tipo de Serviço – Informar denominação do serviço a ser contratado.

Item 2 – Unidade de medida – Informar a unidade de medida de acordo com o Termo de Referência.

Item 3 – Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) – Informar a quantidade total a ser contratada, em função da unidade de medida, de acordo com o Termo de Referência.

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Item 1 – Tipo de Serviço – Informar denominação do serviço a ser contratado.

Item 2 – Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Informar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da ocupação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Item 3 – Salário Normativo da Categoria Profissional – Informar o salário normativo da categoria profissional.

Item 4 – Categoria profissional – Informar a categoria profissional vinculada ao serviço a ser contratado.

Item 5 – Data-base da categoria – Informar a data-base da categoria, prevista nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Este módulo refere-se ao salário-base devido ao empregado pela prestação mensal do serviço, acrescido dos adicionais previstos em lei ou em acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Item A – Salário-Base – Informar o valor do salário normativo estabelecido na convenção coletiva da categoria ou outro valor acima deste, desde que expostas as justificativas.

Item B – Adicional de Periculosidade – Previsto em legislação ou convenção coletiva para trabalhos que impliquem condições de risco à saúde ou integridade física do trabalhador (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 193 e 194 da CLT).

Incidirá sobre o salário-base o percentual de 30%.

Cálculo = 30% x Salário-Base

Item C – Adicional de Insalubridade – Previsto em legislação ou convenção coletiva para operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância considerados adequados. (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 189 a 192 da CLT).

Deverá ser observada a indicação dos postos insalubres constante no Termo de Referência. Caso contrário, será necessário apresentar laudo de perícia técnica que comprove o efetivo contato do trabalhador com agentes biológicos capazes de ensejar o enquadramento da atividade como geradora do adicional de insalubridade.

Incidirá sobre o salário mínimo estadual ou o nacional ou o salário normativo da categoria, se expressamente estabelecido na convenção coletiva, o percentual de:

- a) 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- b) 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;
- c) 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Cálculo = 10%, 20% ou 40% (a depender do grau de insalubridade) x Salário mínimo (nacional ou regional) ou piso da categoria, se expressamente estabelecido em convenção coletiva.

Obs.: O trabalhador que fizer jus ao adicional de periculosidade e de insalubridade deverá optar por um dos adicionais.

Item D – Adicional Noturno – Previsto para o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte em um percentual de, no mínimo de 20%, sobre o valor do salário hora normal, sem prorrogação quando da jornada 12x36 horas (art. 7º, IX da CF/88; art. 73 da CLT), observadas as disposições expressas em contrário na convenção coletiva da categoria.

Incidirá sobre o salário-base e o adicional de periculosidade, observando-se o divisor de 220 para o cálculo do valor da hora normal de trabalho e o número de 07 horas noturnas, efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, 22 horas e 5 horas, e o percentual de 40% previsto em convenção coletiva dos vigilantes.

Cálculo = [(Salário-Base + Adicional de Periculosidade) / 220 x Número de horas noturnas] x 40% (percentual previsto em convenção coletiva) x quantidade de dias por mês (média).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.
- 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Item E – Adicional de Hora Noturna Reduzida – Previsto em razão da hora do trabalho noturno corresponder a 52 minutos e 30 segundos (art. 73, § 1º da CLT), observadas as disposições em contrário na convenção coletiva.

Será computado o pagamento de 7min e 30s a cada hora noturna.

Incidirá sobre o salário-base e o adicional de periculosidade, proporcionais a quantidade de horas noturnas computadas de uma jornada de 12 horas, o percentual de 120% (correspondente a 100% da hora diurna, acrescida do adicional noturno de 20% ou outro percentual previsto em convenção coletiva).

$\text{Cálculo} = [(\text{Salário-Base} + \text{Adicional de Periculosidade}) \times (7,5 \times \text{Número de horas noturnas} / 52,5) / 12] \times [100\% + 20\% \text{ (ou outro percentual previsto em convenção coletiva)}]$

Em razão das peculiaridades do serviço, fica a hora noturna fixada em 60 (sessenta minutos) conforme, cláusula 12ª da CCT Vigilantes de Minas Gerais. Desta maneira, não se aplica a este contrato, por não existir a hora noturna reduzida.

Item F – Hora Extra – Prevista em razão da prorrogação da jornada de trabalho ultrapassar a 44 horas semanais e ou 220 horas mensais (nesta já incluso os descansos semanais remunerados), sem compensação do excesso de horas trabalhadas, observadas as disposições expressas na convenção coletiva da categoria.

Incidirá sobre o salário-base, o adicional de periculosidade e o adicional noturno, observando-se o divisor de 220 para o cálculo do valor da hora normal de trabalho, o percentual de 160% (correspondente a 100% da hora diurna, acrescida do adicional de hora extra de 60% (percentual previsto em convenção coletiva).

$\text{Cálculo} = [(\text{Salário-Base} + \text{Adicional de Periculosidade} + \text{Adicional Noturno}) / 220 \times \text{quantidade de dias por mês (média)}] \times [100\% + 60\% \text{ (percentual previsto em convenção coletiva)}]$

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.
- 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Item G – Acúmulo de função (rem) – Previsto em razão de cláusula da CCT dos Vigilantes, no Estado de Minas Gerais, facultar às empresas concederem gratificação ou pagar remunerações diferenciadas a seus empregados, a seu exclusivo critério, pelo trabalho exercido em postos considerados “especiais”, ou ainda, em decorrência do contrato ou exigência determinada pelo cliente tomador de serviço.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Dessa forma, utilizou-se a metodologia de cálculo do acúmulo de função (rem) para o posto de Vigilante Desarmado Supervisor 44h, conforme Caderno Técnico – Vigilância de Minas Gerais de 2019, publicado na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cadernos-tecnicos-e-valores-limites-2019>, para apurar o percentual de 42,74%; média calculada com base nas Convenções Coletivas de Vigilantes, nacionais, de 2023, com previsão para o cálculo de remuneração diferenciada do Supervisor, sendo esse percentual a diferença entre os salários dos vigilantes e dos supervisores.

Ressalta-se que, o Caderno Técnico, citado acima, traz o histórico da metodologia utilizada para obtenção de valores limites para contratação dos serviços dos vigilantes até que a elaboração do mesmo seja revisada em razão da necessidade de adequação todos os normativos infralegais após a publicação da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133, de 2021.

Supervisor 44h (social), foi utilizado o percentual médio de 42,74% sobre o salário-base para o cálculo do acúmulo de função.

Cálculo = 42,74% x Salário-Base

Item H – Dia do Vigilante – Previsto em razão das disposições expressas na convenção coletiva da categoria, concedendo o dia 20 de junho como feriado para a comemoração do Dia do Vigilante.

Incidirá sobre o salário-base, o adicional de periculosidade e o adicional noturno, observando-se o divisor de 220 para o cálculo do valor da hora normal de trabalho, multiplicar por 2 (hora em dobro); multiplicar pela quantidade de horas da jornada de trabalho de 44hs semanais (8,8);

Cálculo 44 horas = [(Salário-Base + Adicional de Periculosidade + Adicional Noturno) / 220 x 2 (hora em dobro) x 8,8 (quantidade de horas da jornada de trabalho / 12 (meses)).

Item I – DSR intervalista – Corresponde ao direito do trabalhador ao repouso semanal remunerado, previsto nos artigos 66 a 70 da CLT e na Lei 605/1949.

Conforme disposto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, o descanso semanal remunerado já está incluído na jornada de 44 horas semanais e 12x36. Assim, o cálculo do DSR impactará apenas o posto de Vigilante Intervalista, cuja jornada é de 25 horas semanais ou 125 horas mensais.

Para tanto, divide-se a carga horária mensal (125 horas) pela média de dias úteis do mês (20,83); multiplica-se pelo número médio de domingos e feriados (5,08); multiplica-se pelo valor da hora normal.

Cálculo= [(125/20,83) x 5,08] x [(Salário-Base + Adicional de Periculosidade + Dia do Vigilante)/125]

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

Item A – 13º (décimo terceiro) Salário – Corresponde à gratificação natalina (art. 7º, VIII da CF/88; Lei nº 4.090/1962; Lei nº 4.749/1965; Decreto 10854/2021). Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Cálculo = (1/11) x 100 = 9,09%

Item B – Adicional de Férias – Corresponde ao adicional de no mínimo 1/3 da remuneração do empregado (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT), observadas as disposições mais vantajosas previstas na convenção coletiva da categoria. Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Cálculo = [(1/3)/11] x 100 = 3,03%



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

São os percentuais estabelecidos pela legislação vigente e incidem sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e o Total do 13º salário e do Adicional de Férias (Submódulo 2.1).

ITEM	%	FUNDAMENTO
A – INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.
C - SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (RAT x FAP)¹	Variável	Art. 22, Inciso II, da Lei nº 8.212/91, Decreto n.º 3.048/99 e Decreto n.º 6.957/2009.
D – SESC ou Sesi	1,50%	Art. 30º, Lei n.º 8.036/90 e art. 1º da Lei nº 8.154/90.
E – SENAI - SENAC	1,00%	Decreto n.º 2.318/86.
F - SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.
G – INCRA	0,20%	Art. 1º, Inciso I, Decreto-Lei nº 1.146/70.
H – FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88.

Nota 1 - O Seguro Acidente de Trabalho consiste na multiplicação do RAT (Risco Ambiental de Trabalho) e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

RAT = percentual que mede o risco da atividade econômica, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da atividade preponderante desenvolvida pela empresa. Será de 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3%, para risco grave (Anexo I, da IN RFB 2110/2022).

Foram consideradas como atividades de risco grave a categoria de vigilância.

FAT = multiplicador que afere o desempenho da empresa relativamente aos acidentes de trabalho ocorridos. Varia anualmente de 0,5000 a 2,0000, por estabelecimento.

Para fins de estimativa, consideram-se todas as atividades como de risco grave, uma vez que o CNAE dos objetos a serem contratados estão sujeitos à máxima alíquota. Logo, multiplicou-se o FAP em seu valor máximo.

Microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples: nos termos do art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional e demais entidades de serviço social autônomo.

Portanto, nesse caso, deverão estar zeradas as alíquotas do Salário Educação, SESC, Sesi, SENAI, SENAC, SEBRAE e INCRA.

As alíquotas do INSS e do Seguro Acidente de Trabalho também deverão estar zeradas para as empresas optantes pelo Simples Nacional, exceto, conforme o artigo 13, inciso VI, para as empresas que se dediquem às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, enquadradas no Anexo IV.

Empresas optantes pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011, as empresas que dediquem a determinadas atividades preponderantes poderão optar pela



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

tributação sobre o valor da receita bruta, em substituição ao INSS Patronal. Nesse caso, deverá estar zerada a alíquota do item A – INSS do submódulo 2.2.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Item A – Transporte – Corresponde ao valor referente aos custos de transporte do empregado, pago pelo empregador, por meio de transporte próprio ou por meio de fornecimento de vales-transportes (Art. 458, § 2º, III da CLT; Lei 7.418/85; Decreto 10.854/21). Observar se há transporte público municipal na localidade e se houve efetiva opção do empregado pelo benefício.

Informar o valor do custo real do benefício, por dia efetivamente trabalhado, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 6% de seu salário-base.

Cálculo = (Valor Unitário da Passagem do Município x Quantidade de passagens por dia x Total de dias trabalhados no mês) – (6% x Salário-Base)

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.
- 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

As tarifas de transporte foram preenchidas nas planilhas de custo com base em pesquisa realizada em todas as unidades do Tribunal. As cidades de Almenara, Frutal, Ituiutaba, Iturama, Januária, Pirapora, Monte Azul e Piumhi não possuem transporte público, e, atualmente, as cidades de Pirapora e Ituiutaba possuem gratuidade de transporte público.

Item B – Tíquete Refeição – Corresponde ao valor referente aos custos de alimentação do empregado pago pelo empregador, por dia/mês efetivamente trabalhado, conforme disposições da convenção coletiva (Art. 458, §§ 2º e 3º da CLT; Lei 6.321/76; Art. 2º, § 1º, art. 6º do Decreto 10.854/2021).

Informar o valor do custo real do Tíquete Refeição, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 10% do benefício, conforme CCT dos Vigilantes/MG.

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.
- 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Cálculo = [(Valor diário do benefício x Total de dias trabalhados no mês) - Desconto previsto em convenção coletiva]

Item C – Cesta Básica – Corresponde ao valor mensal para o benefício, conforme disposições da convenção coletiva (Art. 458, §§ 2º e 3º da CLT; Lei 6.321/76; Art. 2º, § 1º, art. 6º do Decreto 10.854/2021).

Item D – Plano de Assistência Médica – Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

coletiva (art. 458, § 2º, IV, da CLT). Também denominado de Contribuição das Empresas para Custeio de Plano de Assistência Médica.

Item E – Seguro de vida, invalidez e funeral – Corresponde ao valor referente ao custo com seguro de vida, invalidez e funeral, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, V da CLT).

Informar o valor por empregado, comprovado mediante apresentação da apólice de seguro.

A importância do seguro de vida foi estimada com base nos valores praticados nas contratações vigentes, alcançando o valor de R\$ 16,22.

Item F – Taxa de Custeio Patronal – Corresponde ao valor referente ao custo com a contribuição assistencial devida ao Sindicato Patronal, se houver previsão na convenção coletiva.

Informar o valor mensal por empregado. Havendo previsão de valor anual, por empregado, provisionar em 12 meses.

Item G – Plano Odontológico – Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência odontológica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, IV, da CLT). Também denominado de Contribuição das Empresas para Custeio de Plano Odontológico.

Item H – Outros (Combate a Clandestinidade) – Informar valores mensais de outros benefícios, que não tenham natureza salarial não relacionados nos itens anteriores, previstos em convenção coletiva ou por força de lei. Tais como: Programa de Combate à Vigilância Clandestina, Programa de Qualificação e Marketing (PQM), etc.

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Item A – Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador de receber o salário correspondente ao prazo do aviso, quando ocorrer rescisão do contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio (art. 7º, XXI da CF; art. 487, § 1º da CLT).

Cálculo = $(1/12) \times$ Probabilidade de ocorrência de demissões com Aviso Prévio Indenizado no ano.

Para fins de estimativa, considerou-se 1 mês de remuneração, provisionado por 12 meses, considerando a probabilidade de 5% dos empregados (Estudos CNJ – Resolução 98/2009), por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

Cálculo = $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Item B – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se da incidência do percentual de 8% do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – API (Súmula 305 do TST).

Cálculo = $8\% \times$ Percentual do API (Item A)

Cálculo = $8\% \times 0,42\% = 0,03\%$

Item C – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS indenizado (40%) (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre a alíquota de 8% do FGTS, aplicada sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando a probabilidade de 90% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Cálculo = $40\% \times 8\% \times [1 + 1/12 + (1/3)/12 + 1/12] \times 5\% = 0,19\%$

Item D – Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador de faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos, na demissão com aviso prévio trabalhado, ao final do período de vigência do contrato (art. 7º, XXI da CF/88; art. 488 da CLT).

Cálculo = $[(7/30)/12] \times 100\% = 1,94\%$

Considera-se a proporção dos 7 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada nos 12 meses de vigência contratual, para 100% dos empregados.

Item E – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado – APT (Súmula 305 do TST).

Cálculo = Percentual do APT (Item D) x Percentual total do Submódulo 2.2

Item F – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS indenizado (40%) (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre o recolhimento do FGTS (8%), aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando os 10% dos funcionários que serão demitidos ao final do contrato.

Cálculo = $40\% \times 8\% \times (1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12) \times 100\% = 3,82\%$

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Este módulo refere-se ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e podem variar conforme dados estatísticos da empresa.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Item A – Substituto na cobertura de Férias – Corresponde ao custo de reposição em decorrência do período de férias de 30 (trinta) dias corridos, adquirido pelo empregado, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT).

Cálculo = $(1/11) \times 100 = 9,09\%$

Item B – Substituto na cobertura de Ausências Legais – Corresponde ao custo de reposição em decorrência das ausências ao trabalho asseguradas ao empregado: morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo; entre outros (arts. 131, I e 473 da CLT).

Cálculo = $[(\text{Número estimado de ausências legais no ano}/30)/12] \times 100$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção da média de 0,37 dias de ausência legal (SEGES - Caderno Técnico – Vigilância – MG/2019), por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

Cálculo = $[(0,37/30)/12] \times 100 = 0,10\%$

Item C – Substituto na cobertura de Licença-Paternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência do empregado por 5 (cinco) dias quando do nascimento de filho (art. 7º, XIX da CF/88; art. 10, § 1º do ADCT).

Cálculo = $[(5/30)/12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças-paternidade no ano}$.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 5 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, com a estimativa de 1,5% dos empregados, por ano, usufruírem da licença-paternidade, de acordo com o IBGE (Estudos do CNJ – Resolução 98/2009)

$$\text{Cálculo} = [(5/30)/12] \times 1,5\% = 0,02\%$$

Item D – Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência pelos 15 (quinze) primeiros dias em que o empregado encontra-se afastado por acidente de trabalho e a empresa contratada tem o dever de remunerá-lo. Após esse período, o ônus passa a ser do INSS (art. 131, III da CLT; art. 75 do Decreto nº 3.048/99)

$$\text{Cálculo} = [(15/30)/12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças por acidente de trabalho no ano.}$$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 15 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, considerando a estimativa de 0,78% dos empregados, por ano, usufruírem da licença por acidente de trabalho, de acordo com o Ministério da Previdência de Assistência Social (Estudos do CNJ – Resolução 98/2009).

$$\text{Cálculo} = [(15/30)/12] \times 0,78\% = 0,03\%$$

Item E – Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência da empregada por 120 (cento e vinte) dias quando do nascimento (adoção e guarda) de filho (art. 7º, XVIII da CF/88; art. 392 da CLT; arts. 71 a 73 da Lei nº 8.213/91; art. 86 da IN RFB nº 971/2009).

$$\text{Cálculo} = [(\text{Férias} + \text{Adicional de Férias})/12] \times \text{Meses de afastamento por licença maternidade}/12 \times \text{Percentual de mulheres no tipo de serviço} \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças-maternidade no ano.}$$

Para fins de estimativa, considerou-se o custo efetivo de afastamento maternidade (apenas férias e adicional de férias, pois o INSS reembolsa o salário e o 13º salário da beneficiária), pelos 4 (quatro) meses de licença maternidade no ano, com a proporção de 50% de mulheres no serviço de vigilância e com a estimativa de 2% das empregadas, por ano, usufruírem da licença-maternidade, de acordo com o IBGE.

$$\text{Cálculo} = [(1 + 1/3)/12] \times (4/12) \times 50\% \times 2\% = 0,04\%$$

Item F – Substituto na cobertura de Ausência por doença – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência por enfermidade (art. 131, III e 476 da CLT; art. 18, I e arts. 59 ao 63 da Lei nº 8.213/91).

$$\text{Cálculo} = [(\text{Número estimado de ausências por doença no ano}/30)/12] \times 100$$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção da média de 3,49 dias de ausência legal (SEGES - Caderno Técnico – Vigilância – MG/2019) por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

$$\text{Cálculo} = [(3,49/30)/12] \times 100 = 0,97\%$$

Item G – Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) – Informar custos de reposição em decorrência de outras ausências não relacionadas nos itens anteriores, previstas em lei ou convenção coletiva, sem prejuízo do salário.

Item H – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição dos itens A a G.

$$\text{Cálculo} = \text{Percentual total dos Itens A a G do Submódulo 4.1} \times \text{Percentual total do Submódulo 2.2}$$

Submódulo 4.2 - Intraornada

Item A – Intervalo para repouso ou alimentação – Corresponde ao custo de reposição em decorrência do intervalo para repouso ou alimentação, de no mínimo, de 1 (uma) hora, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 6 horas (art. 71 da CLT). Dependerá de expressa previsão no termo de referência.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

A convenção coletiva e o acordo coletivo poderão reduzir o intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 (trinta) minutos (art. 611-A, III da CLT).

$\text{Cálculo} = [(\text{Total da remuneração}) / \text{Divisor para cálculo do salário-hora}] \times \text{Duração do intervalo intrajornada em horas} \times \text{Total de dias trabalhados no mês}$

Alternativamente, admite-se a previsão do custo em decorrência da não concessão do intervalo intrajornada, que implica o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Conforme previsão expressa na convenção coletiva da categoria, considerou-se o acréscimo de 60% (sessenta por cento) e o divisor 220 (duzentos e vinte) para cálculo do salário hora.

$\text{Cálculo} = [(\text{Total da remuneração} / 220)] \times \text{Duração do intervalo intrajornada em horas} \times [100\% + 60\%] \times \text{Total de dias trabalhados no mês}$

Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 20,83 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 20,83 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.
- 15,21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Item B – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Intrajornada – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo da intrajornada, apenas quando substituído o empregado nesse período.

$\text{Cálculo} = \text{Percentual total do Item A do Submódulo 4.2} \times \text{Percentual total do Submódulo 2.2}$

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

Este módulo consiste nos valores mensais, por empregado, dos uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços, detalhados no Termo de Referência. Todos os itens foram objeto de pesquisa de preços, conforme diretrizes da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020. A licitante deverá preenchê-los com o valor do custo por ela apurado. O arquivo editável da planilha modelo foi disponibilizado para apuração dos custos médios.

Item A – Uniformes – Corresponde ao custo mensal de todos os itens que compõem o conjunto dos uniformes, conforme quantidade e características/qualidade previstas no termo de referência e disposições da convenção coletiva da categoria.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública e/ou em mídia especializada e/ou por fornecedores.

$\text{Cálculo} = (\text{Valor unitário de cada item do conjunto de uniformes} \times \text{Quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano}) / 12$

Considera-se o valor unitário de cada item do conjunto de uniformes multiplicado pelo quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano, provisionado em 12 meses

Item B – Materiais de Consumo – Corresponde ao custo mensal dos materiais utilizados diretamente na execução dos serviços, conforme quantidade e características/qualidade previstas no termo de referência.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Cálculo = (Preço obtido na pesquisa de preços x Quantidade de unidades do item por ano) / 12 / Quantidade de empregados que utilizarem o KIT de Materiais ([Anexo V](#) - Quantidade de empregados X Kit).

Considera-se o custo anual dos materiais, determinados por KIT, provisionado em 12 meses, por empregado que utilizar o KIT em questão.

Item C – Equipamentos e Materiais permanentes – Corresponde ao custo mensal dos equipamentos necessários à execução direta dos serviços, conforme regras de cálculo da depreciação abaixo demonstrado.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública, considerando o prazo de vida útil e a taxa anual de depreciação de equipamentos, definidos atualmente no Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017.

Cálculo = Custo anual dos equipamentos / tempo de vida útil dos equipamentos / quantidade de empregados que utilizaram o KIT do equipamento ([Anexo V](#) - Quantidade de empregados X Kit).

Considera-se a aplicação do tempo de vida útil sobre o custo anual dos equipamentos, dividido pelo número total de empregados que utilizaram o KIT do equipamento.

O equipamento, relógio de ponto biométrico, será fornecido somente para as unidades que somarem 20 ou mais postos. Para esta licitação será necessário apenas para a cidade de Belo Horizonte em 2 unidades que possuem o quantitativo estabelecido pela CLT para o registro da hora de entrada e saída do trabalhador.

MÓDULO 6 - CUSTO INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Este módulo refere-se aos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, por empregado, compreendendo eventuais custos não previstos expressamente nos módulos anteriores.

Item A – Custos Indiretos – Corresponde aos custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros; pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; preposto; e seguros.

Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5).

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x Percentual de custos indiretos

Para fins da estimativa, foi utilizado o percentual de 6% para os custos indiretos, com base no Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites de Serviços de Vigilância (SEGES – Caderno Técnico – Vigilância – Minas Gerais).

Item B – Lucro – Corresponde ao ganho decorrente da exploração da atividade econômica.

Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5 e Item A do Módulo 6 - Custos Indiretos).

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos) x Percentual de lucro

Para fins da estimativa, foi utilizado o percentual de 6,79% para o lucro, com base no Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites de Serviços de Vigilância (SEGES – Caderno Técnico – Vigilância – Minas Gerais).

Item C – Tributos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

C.1 – Programa de Integração Social (PIS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 07/1970.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 1,65% (art. 2º da Lei nº 10.637/2002)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 0,65% (art. 8º, I da Lei nº 9.715/1998)

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro) / [1 - (COFINS + PIS + ISS)] x Alíquota PIS

C.2 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 70/1991.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 7,60% (art. 10, I da Lei nº 10.833/2003)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 3% (art. 8º da Lei nº 9.718/1998)

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro) / [1 - (COFINS + PIS + ISS)] x Alíquota COFINS

C.3 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – Imposto municipal previsto no art. 156, III da Constituição Federal de 1988. Disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003.

Alíquota definida pela legislação municipal do local da prestação do serviço, podendo variar entre 2% e 5% (art. 8º e 8º-A da LC nº 116/2003).

Cálculo = (Soma do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro) / [1 - (COFINS + PIS + ISS)] x Alíquota ISSQN

Microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples: as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples Nacional, inexistindo vedação legal após a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, deverão cotar as alíquotas correspondentes a sua faixa de faturamento, conforme Anexos III e IV da Lei Complementar nº 123/2006.

Empresas optantes pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011, as empresas que dediquem a determinadas atividades preponderantes poderão optar pela tributação sobre o valor da receita bruta, em substituição ao INSS Patronal. Nesse caso, as empresas optantes pela contribuição da receita bruta deverão considerar a alíquota da CPRB a que estão sujeitas na composição do Módulo 6.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo nº:

Licitação

nº:

Pregão nº:

Data do Pregão:

DD/MM/AAAA

Horário:

XX:XX

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo do serviço	
2	Unidade de medida	
3	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional	
5	Data-base da categoria	

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário-base					
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	S	Percentual	30%	R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	Salário Mín. R\$ 1.320,00	Grau	R\$ -
D	Adicional noturno	Sim/Não	N	Horas not. 7	Adicional 40%	R\$ -
E	Adicional de hora noturna reduzida	Sim/Não	N	Valor hora not. (min) 60	Adicional HE 60%	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

F	Hora Extra	Sim/Não	N	Percentual	60%	R\$	-
G	Acúmulo de função (Rem)	Sim/Não	N		42,74%	R\$	-
H	Dia do Vigilante	Sim/Não	S			R\$	-
I	DSR intervalista	Sim/Não	N			R\$	-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$	-

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias			
2.1	13º salário e adicional de férias	(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	9,09%	R\$ -
B	Adicional de férias	3,03%	R\$ -
TOTAL			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT 3,00% FAP 2,0000	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL			39,80% R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO S	Valor	Passagens 2	Dias 20,83	Desconto 6%	R\$ -
B	Tiquete Refeição	SIM/NÃO S	Valor	Dias 20,83	Desconto 10%		R\$ -
C	Cesta Básica						
D	Assistência Médica e Familiar						
E	Seguro de vida, invalidez e funeral						
F	Taxa de Custeio Patronal						
G	Programa de Assistência Odontológica- PAO						
H	Outros (Combate a Clandestinidade)						
TOTAL							R\$ -
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO					
3	Provisão para Rescisão			(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	Estimativa anual	5%	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,19%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	Estimativa contrato	100%	1,94%	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,77%	R\$ -
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado			3,82%	R\$ -
TOTAL				R\$ -	

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais					
4.1	Substituto nas Ausências Legais			(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias			9,09%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	Dias por ano	0,37	0,10%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	Estimativa anual	1,50%	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Estimativa anual	0,78%	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Proporção de mulheres	Estimativa anual	0,04%	R\$ -
		50%	2%		
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença	Dias por ano	3,49	0,97%	R\$ -
G	Outros (Especificar)			0,00%	R\$ -
SUBTOTAL				10,25%	R\$ -
H	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Custo de Reposição do PA			4,08%	R\$ -
TOTAL				R\$	-

Submódulo 4.2 - Intrajornada							
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação						Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	SIM/NÃO	Adicional	Divisor	Duração (h)	Dias	R\$ -
		S	60%	220	0	20,83	
		Tem substituto?					
		N					
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Intrajornada						R\$ -
TOTAL							R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ -
4.2	Intrajornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	
B	Materiais de Consumo (custo mensal por empregado)	
C	Equipamentos e Materiais Permanentes (custo mensal por empregado)	
D	Outros (especificar)	
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos indiretos			6,00% R\$ -
B	Lucro			6,79% R\$ -
C	Tributos			8,65%
	C.1	Tributos Federais	PIS	0,65% R\$ -
	C.2		COFINS	3,00% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISSQN	5,00% R\$ -
TOTAL				R\$ -

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
0	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
<u>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS</u>					R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

DECLARAÇÃO	
Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:	
1	<ul style="list-style-type: none">• Nome do Órgão/Empresa:• Endereço do Órgão/Empresa:• Número do contrato:• Vigência do Contrato:• Valor total do contrato:
2	<ul style="list-style-type: none">• Nome do Órgão/Empresa:• Endereço do Órgão/Empresa:• Número do contrato:• Vigência do Contrato:• Valor total do contrato:
(...)	(...) enumerar todos os contratos firmados
Valor total dos contratos: R\$	
_____, ____ / ____ / ____	
_____ Representante legal	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XII
ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. Para composição dos valores indicados nas tabelas abaixo, foram elaboradas planilhas de custos e formação de preços individualizadas por posto e por município, conforme parâmetros detalhados no [Anexo X](#), sendo que:
 - 1.1. Para fins de composição do piso salarial da categoria profissional a ser contratada, foram adotadas as Convenções Coletivas do Trabalho (CCTs) que abrangem as localidades onde serão implantados os serviços, a seguir indicadas:
 - a) CCT MG000335/2024, com abrangência somente em Juiz de Fora/MG, com vigência de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e data-base em 1º de janeiro de 2024.
 - b) CCT MG000336/2024, com abrangência em Belo Horizonte e demais municípios do Estado de Minas Gerais, com vigência de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e data-base em 1º de janeiro de 2024.
 - 1.2. Para fins de estimativa dos preços dos insumos (uniformes, equipamentos e materiais) foi realizada pesquisa nos termos dispostos no [Anexo XIII](#).
2. Será adotado o modo de disputa aberto, nos termos do art. 23 da IN Seges/ME nº 73/2022.
 - 2.1. Para fins de observância do art. 22 da IN Seges/ME nº 73/2022, deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de 0,1% entre os lances, conforme valores indicados na tabela a seguir.
 - 2.2. Os lances deverão ser realizados considerando-se o quantitativo de postos previsto para a contratação imediata somado ao quantitativo de postos previstos para a expectativa de contratação futura.
3. **Contratação imediata + expectativa de contratação futura:**

VALOR ESTIMADO - RESUMO			
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura			
Nº Postos	Nº Empregados	Valor Total MENSAL	Valor Total ANUAL
247	285	R\$ 2.268.754,28	R\$ 27.225.051,36



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 diurno	11	2	22	R\$ 7.762,23	R\$ 15.524,46	R\$ 170.769,06	R\$ 2.049.228,72	R\$ 15,52
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 diurno (social)	2	2	4	R\$ 7.723,63	R\$ 15.447,26	R\$ 30.894,52	R\$ 370.734,24	R\$ 15,45
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno	11	2	22	R\$ 9.033,77	R\$ 18.067,54	R\$ 198.742,94	R\$ 2.384.915,28	R\$ 18,07
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno (social)	2	2	4	R\$ 8.995,16	R\$ 17.990,32	R\$ 35.980,64	R\$ 431.767,68	R\$ 17,99
Belo Horizonte	Vigilante Armado 44h	7	1	7	R\$ 8.039,28	R\$ 8.039,28	R\$ 56.274,96	R\$ 675.299,52	R\$ 8,04
Belo Horizonte	Vigilante Armado 44h (social)	5	1	5	R\$ 8.000,67	R\$ 8.000,67	R\$ 40.003,35	R\$ 480.040,20	R\$ 8,00
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h	28	1	28	R\$ 7.951,28	R\$ 7.951,28	R\$ 222.635,84	R\$ 2.671.630,08	R\$ 7,95
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h (social)	22	1	22	R\$ 7.912,68	R\$ 7.912,68	R\$ 174.078,96	R\$ 2.088.947,52	R\$ 7,91
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	2	2	4	R\$ 7.674,24	R\$ 15.348,48	R\$ 30.696,96	R\$ 368.363,52	R\$ 15,35
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	2	2	4	R\$ 8.945,21	R\$ 17.890,42	R\$ 35.780,84	R\$ 429.370,08	R\$ 17,89
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Supervisor 44h (social)	2	1	2	R\$ 10.076,84	R\$ 10.076,84	R\$ 20.153,68	R\$ 241.844,16	R\$ 10,08
Belo Horizonte	Vigilante Armado intervalista	15	1	15	R\$ 6.161,25	R\$ 6.161,25	R\$ 92.418,75	R\$ 1.109.025,00	R\$ 6,16
Aimorés	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56	R\$ 7,93
Alfenas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.703,53	R\$ 7.703,53	R\$ 15.407,06	R\$ 184.884,72	R\$ 7,70
Almenara	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56	R\$ 7,93
Araçuaí	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.791,09	R\$ 7.791,09	R\$ 15.582,18	R\$ 186.986,16	R\$ 7,79



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Araguari	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.723,52	R\$ 7.723,52	R\$ 15.447,04	R\$ 185.364,48	R\$ 7,72
Araxá	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.696,03	R\$ 7.696,03	R\$ 15.392,06	R\$ 184.704,72	R\$ 7,70
Barbacena	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.833,05	R\$ 7.833,05	R\$ 15.666,10	R\$ 187.993,20	R\$ 7,83
Betim	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.919,58	R\$ 7.919,58	R\$ 15.839,16	R\$ 190.069,92	R\$ 7,92
Bom Despacho	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,55	R\$ 7.925,55	R\$ 15.851,10	R\$ 190.213,20	R\$ 7,93
Caratinga	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.798,68	R\$ 7.798,68	R\$ 15.597,36	R\$ 187.168,32	R\$ 7,80
Cataguases	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.935,86	R\$ 7.935,86	R\$ 15.871,72	R\$ 190.460,64	R\$ 7,94
Caxambu	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56	R\$ 7,93
Congonhas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.865,25	R\$ 7.865,25	R\$ 15.730,50	R\$ 188.766,00	R\$ 7,87
Conselheiro Lafaiete	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.966,84	R\$ 7.966,84	R\$ 15.933,68	R\$ 191.204,16	R\$ 7,97
Contagem	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.902,78	R\$ 17.805,56	R\$ 17.805,56	R\$ 213.666,72	R\$ 17,81
Contagem	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.934,63	R\$ 7.934,63	R\$ 15.869,26	R\$ 190.431,12	R\$ 7,93
Coronel Fabriciano	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.997,81	R\$ 7.997,81	R\$ 15.995,62	R\$ 191.947,44	R\$ 8,00
Curvelo	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.673,20	R\$ 7.673,20	R\$ 15.346,40	R\$ 184.156,80	R\$ 7,67
Diamantina	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.013,29	R\$ 8.013,29	R\$ 16.026,58	R\$ 192.318,96	R\$ 8,01
Divinópolis	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.691,03	R\$ 7.691,03	R\$ 15.382,06	R\$ 184.584,72	R\$ 7,69
Formiga	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.736,01	R\$ 7.736,01	R\$ 15.472,02	R\$ 185.664,24	R\$ 7,74



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Frutal	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56	R\$ 7,93
Governador Valadares	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.974,59	R\$ 7.974,59	R\$ 15.949,18	R\$ 191.390,16	R\$ 7,97
Guanhães	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.797,15	R\$ 7.797,15	R\$ 15.594,30	R\$ 187.131,60	R\$ 7,80
Guaxupé	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.744,57	R\$ 7.744,57	R\$ 15.489,14	R\$ 185.869,68	R\$ 7,74
Itabira	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36	R\$ 7,76
Itajubá	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.961,67	R\$ 7.961,67	R\$ 15.923,34	R\$ 191.080,08	R\$ 7,96
Itaúna	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.833,47	R\$ 7.833,47	R\$ 15.666,94	R\$ 188.003,28	R\$ 7,83
Ituiutaba	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.839,37	R\$ 7.839,37	R\$ 15.678,74	R\$ 188.144,88	R\$ 7,84
Iturama	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36	R\$ 7,76
Januária	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56	R\$ 7,93
João Monlevade	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.951,35	R\$ 7.951,35	R\$ 15.902,70	R\$ 190.832,40	R\$ 7,95
Juiz de Fora	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.948,78	R\$ 7.948,78	R\$ 15.897,56	R\$ 190.770,72	R\$ 7,95
Lavras	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.013,29	R\$ 8.013,29	R\$ 16.026,58	R\$ 192.318,96	R\$ 8,01
Manhuaçu	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.790,60	R\$ 7.790,60	R\$ 15.581,20	R\$ 186.974,40	R\$ 7,79
Monte Azul	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56	R\$ 7,93
Montes Claros	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.888,24	R\$ 7.888,24	R\$ 15.776,48	R\$ 189.317,76	R\$ 7,89
Muriaé	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.791,09	R\$ 7.791,09	R\$ 15.582,18	R\$ 186.986,16	R\$ 7,79



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Nanuque	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.791,09	R\$ 7.791,09	R\$ 15.582,18	R\$ 186.986,16	R\$ 7,79
Nova Lima	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.706,86	R\$ 17.413,72	R\$ 17.413,72	R\$ 208.964,64	R\$ 17,41
Nova Lima	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.673,20	R\$ 7.673,20	R\$ 15.346,40	R\$ 184.156,80	R\$ 7,67
Ouro Preto	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.928,12	R\$ 7.928,12	R\$ 15.856,24	R\$ 190.274,88	R\$ 7,93
Pará de Minas	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.800,12	R\$ 17.600,24	R\$ 17.600,24	R\$ 211.202,88	R\$ 17,60
Pará de Minas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.811,31	R\$ 7.811,31	R\$ 15.622,62	R\$ 187.471,44	R\$ 7,81
Paracatu	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36	R\$ 7,76
Passos	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.786,05	R\$ 7.786,05	R\$ 15.572,10	R\$ 186.865,20	R\$ 7,79
Patos de Minas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.708,53	R\$ 7.708,53	R\$ 15.417,06	R\$ 185.004,72	R\$ 7,71
Patrocínio	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.698,53	R\$ 7.698,53	R\$ 15.397,06	R\$ 184.764,72	R\$ 7,70
Pedro Leopoldo	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.778,74	R\$ 7.778,74	R\$ 15.557,48	R\$ 186.689,76	R\$ 7,78
Pirapora	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36	R\$ 7,76
Piumhi	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56	R\$ 7,93
Poços de Caldas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.064,92	R\$ 8.064,92	R\$ 16.129,84	R\$ 193.558,08	R\$ 8,06
Ponte Nova	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36	R\$ 7,76
Pouso Alegre	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.673,20	R\$ 7.673,20	R\$ 15.346,40	R\$ 184.156,80	R\$ 7,67
Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 9.058,40	R\$ 18.116,80	R\$ 18.116,80	R\$ 217.401,60	R\$ 18,12



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.077,83	R\$ 8.077,83	R\$ 16.155,66	R\$ 193.867,92	R\$ 8,08
Sabará	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.739,35	R\$ 17.478,70	R\$ 17.478,70	R\$ 209.744,40	R\$ 17,48
Sabará	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.778,49	R\$ 7.778,49	R\$ 15.556,98	R\$ 186.683,76	R\$ 7,78
Santa Luzia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.706,86	R\$ 17.413,72	R\$ 17.413,72	R\$ 208.964,64	R\$ 17,41
Santa Luzia	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.708,53	R\$ 7.708,53	R\$ 15.417,06	R\$ 185.004,72	R\$ 7,71
Santa Rita do Sapucaí	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36	R\$ 7,76
São João Del Rei	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.956,53	R\$ 7.956,53	R\$ 15.913,06	R\$ 190.956,72	R\$ 7,96
São Sebastião do Paraíso	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.763,32	R\$ 7.763,32	R\$ 15.526,64	R\$ 186.319,68	R\$ 7,76
Sete Lagoas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.974,59	R\$ 7.974,59	R\$ 15.949,18	R\$ 191.390,16	R\$ 7,97
Teófilo Otoni	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.703,53	R\$ 7.703,53	R\$ 15.407,06	R\$ 184.884,72	R\$ 7,70
Três Corações	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.879,52	R\$ 7.879,52	R\$ 15.759,04	R\$ 189.108,48	R\$ 7,88
Ubá	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.803,73	R\$ 7.803,73	R\$ 15.607,46	R\$ 187.289,52	R\$ 7,80
Uberaba	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.000,40	R\$ 8.000,40	R\$ 16.000,80	R\$ 192.009,60	R\$ 8,00
Uberlândia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.706,86	R\$ 17.413,72	R\$ 17.413,72	R\$ 208.964,64	R\$ 17,41
Uberlândia	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.733,52	R\$ 7.733,52	R\$ 15.467,04	R\$ 185.604,48	R\$ 7,73
Unai	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.839,37	R\$ 7.839,37	R\$ 15.678,74	R\$ 188.144,88	R\$ 7,84



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Varginha	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.818,21	R\$ 17.636,42	R\$ 17.636,42	R\$ 211.637,04	R\$ 17,64
Varginha	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.841,61	R\$ 7.841,61	R\$ 15.683,22	R\$ 188.198,64	R\$ 7,84

¹ Os postos contemplados com uniforme social foram identificados com a expressão (social), todos os demais se inserem na categoria de uniforme operacional

² O valor anual corresponde ao respectivo valor mensal multiplicado por 12 meses

4. Contratação imediata:

VALOR ESTIMADO - RESUMO Contratação Imediata			
Nº Postos	Nº Empregados	Valor Total MENSAL	Valor Total ANUAL
183	200	R\$ 1.584.035,78	R\$ 19.008.429,36



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO
Contratação Imediata

Localidade	Posto de trabalho	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor proposto por posto	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 diurno	5	2	10	R\$ 7.762,23	R\$ 15.524,46	R\$ 77.622,30	R\$ 931.467,60
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno	7	2	14	R\$ 9.033,77	R\$ 18.067,54	R\$ 126.472,78	R\$ 1.517.673,36
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno (social)	1	2	2	R\$ 8.995,16	R\$ 17.990,32	R\$ 17.990,32	R\$ 215.883,84
Belo Horizonte	Vigilante Armado 44h	7	1	7	R\$ 8.039,28	R\$ 8.039,28	R\$ 56.274,96	R\$ 675.299,52
Belo Horizonte	Vigilante Armado 44h (social)	2	1	2	R\$ 8.000,67	R\$ 8.000,67	R\$ 16.001,34	R\$ 192.016,08
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h	16	1	16	R\$ 7.951,28	R\$ 7.951,28	R\$ 127.220,48	R\$ 1.526.645,76
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h (social)	5	1	5	R\$ 7.912,68	R\$ 7.912,68	R\$ 39.563,40	R\$ 474.760,80
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	2	2	4	R\$ 7.674,24	R\$ 15.348,48	R\$ 30.696,96	R\$ 368.363,52
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	2	2	4	R\$ 8.945,21	R\$ 17.890,42	R\$ 35.780,84	R\$ 429.370,08
Belo Horizonte	Vigilante Armado intervalista	6	1	6	R\$ 6.161,25	R\$ 6.161,25	R\$ 36.967,50	R\$ 443.610,00
Aimorés	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56
Alfenas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.703,53	R\$ 7.703,53	R\$ 15.407,06	R\$ 184.884,72
Almenara	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56
Araçuaí	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.791,09	R\$ 7.791,09	R\$ 15.582,18	R\$ 186.986,16
Araguari	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.723,52	R\$ 7.723,52	R\$ 15.447,04	R\$ 185.364,48
Araxá	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.696,03	R\$ 7.696,03	R\$ 15.392,06	R\$ 184.704,72
Barbacena	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.833,05	R\$ 7.833,05	R\$ 15.666,10	R\$ 187.993,20
Betim	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.919,58	R\$ 7.919,58	R\$ 15.839,16	R\$ 190.069,92
Bom Despacho	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,55	R\$ 7.925,55	R\$ 15.851,10	R\$ 190.213,20



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO
Contratação Imediata

Localidade	Posto de trabalho	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor proposto por posto	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL
Caratinga	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.798,68	R\$ 7.798,68	R\$ 15.597,36	R\$ 187.168,32
Cataguases	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.935,86	R\$ 7.935,86	R\$ 15.871,72	R\$ 190.460,64
Caxambu	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56
Congonhas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.865,25	R\$ 7.865,25	R\$ 15.730,50	R\$ 188.766,00
Conselheiro Lafaiete	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.966,84	R\$ 7.966,84	R\$ 15.933,68	R\$ 191.204,16
Contagem	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.934,63	R\$ 7.934,63	R\$ 15.869,26	R\$ 190.431,12
Coronel Fabriciano	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.997,81	R\$ 7.997,81	R\$ 15.995,62	R\$ 191.947,44
Curvelo	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.673,20	R\$ 7.673,20	R\$ 15.346,40	R\$ 184.156,80
Diamantina	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.013,29	R\$ 8.013,29	R\$ 16.026,58	R\$ 192.318,96
Divinópolis	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.691,03	R\$ 7.691,03	R\$ 15.382,06	R\$ 184.584,72
Formiga	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.736,01	R\$ 7.736,01	R\$ 15.472,02	R\$ 185.664,24
Frutal	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56
Governador Valadares	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.974,59	R\$ 7.974,59	R\$ 15.949,18	R\$ 191.390,16
Guanhães	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.797,15	R\$ 7.797,15	R\$ 15.594,30	R\$ 187.131,60
Guaxupé	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.744,57	R\$ 7.744,57	R\$ 15.489,14	R\$ 185.869,68
Itabira	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36
Itajubá	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.961,67	R\$ 7.961,67	R\$ 15.923,34	R\$ 191.080,08
Itaúna	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.833,47	R\$ 7.833,47	R\$ 15.666,94	R\$ 188.003,28
Ituiutaba	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.839,37	R\$ 7.839,37	R\$ 15.678,74	R\$ 188.144,88
Iturama	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO
Contratação Imediata

Localidade	Posto de trabalho	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor proposto por posto	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL
Januária	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56
João Monlevade	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.951,35	R\$ 7.951,35	R\$ 15.902,70	R\$ 190.832,40
Juiz de Fora	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.948,78	R\$ 7.948,78	R\$ 15.897,56	R\$ 190.770,72
Lavras	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.013,29	R\$ 8.013,29	R\$ 16.026,58	R\$ 192.318,96
Manhuaçu	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.790,60	R\$ 7.790,60	R\$ 15.581,20	R\$ 186.974,40
Monte Azul	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56
Montes Claros	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.888,24	R\$ 7.888,24	R\$ 15.776,48	R\$ 189.317,76
Muriaé	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.791,09	R\$ 7.791,09	R\$ 15.582,18	R\$ 186.986,16
Nanuque	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.791,09	R\$ 7.791,09	R\$ 15.582,18	R\$ 186.986,16
Nova Lima	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.673,20	R\$ 7.673,20	R\$ 15.346,40	R\$ 184.156,80
Ouro Preto	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.928,12	R\$ 7.928,12	R\$ 15.856,24	R\$ 190.274,88
Pará de Minas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.811,31	R\$ 7.811,31	R\$ 15.622,62	R\$ 187.471,44
Paracatu	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36
Passos	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.786,05	R\$ 7.786,05	R\$ 15.572,10	R\$ 186.865,20
Patos de Minas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.708,53	R\$ 7.708,53	R\$ 15.417,06	R\$ 185.004,72
Patrocínio	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.698,53	R\$ 7.698,53	R\$ 15.397,06	R\$ 184.764,72
Pedro Leopoldo	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.778,74	R\$ 7.778,74	R\$ 15.557,48	R\$ 186.689,76
Pirapora	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36
Piumhi	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.925,19	R\$ 7.925,19	R\$ 15.850,38	R\$ 190.204,56
Poços de Caldas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.064,92	R\$ 8.064,92	R\$ 16.129,84	R\$ 193.558,08



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO
Contratação Imediata

Localidade	Posto de trabalho	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor proposto por posto	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL
Ponte Nova	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36
Pouso Alegre	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.673,20	R\$ 7.673,20	R\$ 15.346,40	R\$ 184.156,80
Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.077,83	R\$ 8.077,83	R\$ 16.155,66	R\$ 193.867,92
Sabará	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.778,49	R\$ 7.778,49	R\$ 15.556,98	R\$ 186.683,76
Santa Luzia	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.708,53	R\$ 7.708,53	R\$ 15.417,06	R\$ 185.004,72
Santa Rita do Sapucaí	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.755,39	R\$ 7.755,39	R\$ 15.510,78	R\$ 186.129,36
São João Del Rei	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.956,53	R\$ 7.956,53	R\$ 15.913,06	R\$ 190.956,72
São Sebastião do Paraíso	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.763,32	R\$ 7.763,32	R\$ 15.526,64	R\$ 186.319,68
Sete Lagoas	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.974,59	R\$ 7.974,59	R\$ 15.949,18	R\$ 191.390,16
Teófilo Otoni	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.703,53	R\$ 7.703,53	R\$ 15.407,06	R\$ 184.884,72
Três Corações	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.879,52	R\$ 7.879,52	R\$ 15.759,04	R\$ 189.108,48
Ubá	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.803,73	R\$ 7.803,73	R\$ 15.607,46	R\$ 187.289,52
Uberaba	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 8.000,40	R\$ 8.000,40	R\$ 16.000,80	R\$ 192.009,60
Uberlândia	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.733,52	R\$ 7.733,52	R\$ 15.467,04	R\$ 185.604,48
Unai	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.839,37	R\$ 7.839,37	R\$ 15.678,74	R\$ 188.144,88
Varginha	Vigilante Armado 44h	2	1	2	R\$ 7.841,61	R\$ 7.841,61	R\$ 15.683,22	R\$ 188.198,64

¹ Os postos contemplados com uniforme social foram identificados com a expressão (social), todos os demais se inserem na categoria de uniforme operacional

² O valor anual corresponde ao respectivo valor mensal multiplicado por 12 meses



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

5. Expectativa de contratação futura:

VALOR ESTIMADO - RESUMO Expectativa de contratação futura			
Nº Postos	Nº Empregados	Valor Total MENSAL	Valor Total ANUAL
64	85	R\$ 684.718,50	R\$ 8.216.622,00

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO
Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor proposto por posto	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL²
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 diurno	6	2	12	R\$ 7.762,23	R\$ 15.524,46	R\$ 93.146,76	R\$ 1.117.761,12
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 diurno (social)	2	2	4	R\$ 7.723,63	R\$ 15.447,26	R\$ 30.894,52	R\$ 370.734,24
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno	4	2	8	R\$ 9.033,77	R\$ 18.067,54	R\$ 72.270,16	R\$ 867.241,92
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno (social)	1	2	2	R\$ 8.995,16	R\$ 17.990,32	R\$ 17.990,32	R\$ 215.883,84
Belo Horizonte	Vigilante Armado 44h (social)	3	1	3	R\$ 8.000,67	R\$ 8.000,67	R\$ 24.002,01	R\$ 288.024,12
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h	12	1	12	R\$ 7.951,28	R\$ 7.951,28	R\$ 95.415,36	R\$ 1.144.984,32
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h (social)	17	1	17	R\$ 7.912,68	R\$ 7.912,68	R\$ 134.515,56	R\$ 1.614.186,72
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Supervisor 44h (social)	2	1	2	R\$ 10.076,84	R\$ 10.076,84	R\$ 20.153,68	R\$ 241.844,16
Belo Horizonte	Vigilante Armado intervalista	9	1	9	R\$ 6.161,25	R\$ 6.161,25	R\$ 55.451,25	R\$ 665.415,00
Contagem	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.902,78	R\$ 17.805,56	R\$ 17.805,56	R\$ 213.666,72



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO
Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor proposto por posto	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²
Nova Lima	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.706,86	R\$ 17.413,72	R\$ 17.413,72	R\$ 208.964,64
Pará de Minas	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.800,12	R\$ 17.600,24	R\$ 17.600,24	R\$ 211.202,88
Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 9.058,40	R\$ 18.116,80	R\$ 18.116,80	R\$ 217.401,60
Sabará	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.739,35	R\$ 17.478,70	R\$ 17.478,70	R\$ 209.744,40
Santa Luzia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.706,86	R\$ 17.413,72	R\$ 17.413,72	R\$ 208.964,64
Uberlândia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.706,86	R\$ 17.413,72	R\$ 17.413,72	R\$ 208.964,64
Varginha	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2	R\$ 8.818,21	R\$ 17.636,42	R\$ 17.636,42	R\$ 211.637,04

¹ Os postos contemplados com uniforme social foram identificados com a expressão (social), todos os demais se inserem na categoria de uniforme operacional

² O valor anual corresponde ao respectivo valor mensal multiplicado por 12 meses



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XIII
PESQUISA DE PREÇOS

1. Para a realização da Pesquisa de Preços da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de segurança patrimonial nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados - SEGEST baseou-se na Lei nº 14.133/2021 e na IN Seges/ME nº 65/2021.
2. Desse modo, a pesquisa priorizou os valores encontrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), que passou a receber o sistema de contratações do governo federal na plataforma compras.gov.br.
 - 2.1. A memória de cálculo do relatório da pesquisa de preços segue o art.6º da IN Seges/ME nº 65/2021, tendo como método para obtenção do preço estimado a mediana, medida de tendência central, que indica a posição do valor da amostra equidistante dos extremos preços muito baixos e preços muito elevados.
 - 2.2. Assim, a pesquisa, incidindo sobre um conjunto de três ou mais preços, priorizou os valores encontrados no Painel de Preços, em aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, sendo a data corte setembro/2023.
 - 2.3. Continuamente, optou-se por buscar cotações de aquisições e contratações similares de outros entes públicos, também firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, apesar deste item ser o menos representado na pesquisa, diante da dificuldade de se encontrar editais fora do *Compras.gov.br* com data mais atualizada de compra.
 - 2.4. Por fim, foram utilizados os preços de pesquisa realizada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.
3. Para a definição dos quantitativos de uniformes na versão masculina e na versão feminina foi realizada série histórica, já que não é possível prever o quantitativo futuro de trabalhadores de cada sexo a ser contratado. Desse modo, os percentuais de ocupação do cargo de vigilância armada considerados de acordo com o sexo feminino e com o sexo masculino foram: 9% de mulheres e 91% de homens.
4. Quanto aos bens permanentes para o cálculo da depreciação anual foi utilizado o Anexo III – Taxas anuais de Depreciação da Instrução Normativa RFB Nº 1700/2017



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

PESQUISA DE PREÇOS - UNIFORMES								
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Blazer Feminino	Blazer. Casaco feminino. Poliéster Elastano, manga comprida. Emblema da empresa bordado na parte externa do bolso com a inscrição 'SEGURANÇA', cor a definir.	278230	7	R\$ 161,66	R\$ 169,06	R\$ 161,66	R\$ 1.131,62
2	Paletó Masculino	Paletó - lã e poliéster. Emblema da empresa bordado na parte externa do bolso com a inscrição 'SEGURANÇA', cor a definir.	484158	67	R\$ 220,00	R\$ 278,02	R\$ 263,14	R\$ 17.630,38
3	Calça Social Feminina	Tipo social, poliéster com elastano, na mesma cor do blazer.	602429	7	R\$ 67,00	R\$ 101,06	R\$ 90,27	R\$ 631,89
4	Calça Social Masculina	Tipo social, poliéster com elastano, na mesma cor do blazer.	602431	67	R\$ 46,06	R\$ 87,75	R\$ 107,19	R\$ 7.181,73
5	Calça	Tipo tática, cor idêntica à da camisa, tecido tipo Rip-Stop, com presilhas para cinto, 6 bolsos: 2 bolsos laterais superiores embutidos, 2 bolsos traseiros externos com fechamento por velcro, 2 bolsos laterais externos na altura do joelho com fechamento por velcro; reforço especial entrepernas e barra reforçada com ajuste em tecido aderente (velcro).	604706	496	R\$ 130,00	R\$ 223,21	R\$ 191,66	R\$ 95.063,36
6	Lenço Feminino	Lenço feminino de pescoço em musseline, barra com costura, tamanho médio, cor a definir.	235270	7	R\$ 41,13	R\$ 55,58	R\$ 55,72	R\$ 390,04
7	Gravata Masculina	Gravata tecido acetinado, modelo tradicional, lisa, cor a definir.	484098	67	R\$ 31,00	R\$ 38,18	R\$ 34,75	R\$ 2.328,25
8	Camisa Manga Longa Feminina	Estilo social, manga longa, poliéster e algodão, gola com entretela compatível com o modelo, cor a definir.	602713	7	R\$ 21,00	R\$ 80,64	R\$ 80,20	R\$ 561,40
9	Camisa Manga Longa Masculina	Estilo social, manga longa, poliéster e algodão, gola com entretela compatível com o modelo, cor a definir.	484160	67	R\$ 15,80	R\$ 63,21	R\$ 59,80	R\$ 4.006,60
10	Camisa Manga Curta Feminina	Estilo social, manga curta, Poliéster e algodão, cor a definir.	610982	7	R\$ 32,90	R\$ 44,57	R\$ 39,80	R\$ 278,60
11	Camisa Manga Curta Masculina	Estilo social, manga curta, Poliéster e algodão, cor a definir.	602250	67	R\$ 18,00	R\$ 66,31	R\$ 62,99	R\$ 4.220,33



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

PESQUISA DE PREÇOS - UNIFORMES								
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL
12	Camisa	Tipo uniforme, cor idêntica à da calça, mangas curtas, com lapelas nos ombros, 100% algodão, com emblema da empresa bordado do lado esquerdo com a inscrição "SEGURANÇA", cor a definir.	238248	992	R\$ 50,00	R\$ 63,58	R\$ 55,00	R\$ 54.560,00
13	Jaqueta	Para frio, poliéster 600/500d e Tecido Mesh, cor idêntica à da calça, com bolsos externos e internos, de manga comprida, acabamento com forro, sem capuz, com emblema da empresa bordado do lado esquerdo com a inscrição "SEGURANÇA", cor a definir.	602824	248	R\$ 138,89	R\$ 398,42	R\$ 332,40	R\$ 82.435,20
14	Sapato Social Feminino	Tipo social, sapato social ortopédico na cor preta, em couro acolchoado, borracha antiderrapante, reforço interno anterior e posterior, palmilha antiestresse, amortecedor de impacto, altura usual.	446155	3	R\$ 62,00	R\$ 136,74	R\$ 104,00	R\$ 312,00
15	Sapato Social Masculino	Tipo social, sapato social ortopédico na cor preta, em couro acolchoado, borracha antiderrapante, reforço interno anterior e posterior, palmilha antiestresse, amortecedor de impacto, altura usual.	614126	34	R\$ 59,80	R\$ 113,61	R\$ 99,00	R\$ 3.366,00
16	Coturno	Em couro e lona, cor preta, cano alto. Material interno têxtil para maior conforto aos pés. Forração Interna: com rápida dispersão de umidade. Solado: plano em borracha e plataforma de EVA, com isolamento térmico e elétrico e com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e do Empregado (C.A).	299873	248	R\$ 219,98	R\$ 357,19	R\$ 370,97	R\$ 92.000,56
17	Meia Social Feminina	Tipo 3/4, finas, 100% Poliéster, na cor preta.	446156	13	R\$ 3,97	R\$ 13,10	R\$ 4,93	R\$ 64,03
18	Meia Social Masculina	Tecido poliamida na cor preta.	356819	135	R\$ 11,90	R\$ 27,48	R\$ 35,12	R\$ 4.741,20
19	Meia	Tipo soquete na cor preta.	446156	992	R\$ 6,20	R\$ 17,35	R\$ 13,63	R\$ 13.520,96
20	Cinto	Tipo social, de couro, cor preta, tamanho ajustável.	344396	37	R\$ 30,00	R\$ 51,20	R\$ 47,45	R\$ 1.755,47
21	Cinto	Tipo nylon com fivela oxi, tamanho ajustável.	377278	248	R\$ 43,79	R\$ 167,77	R\$ 97,50	R\$ 24.180,00



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

PESQUISA DE PREÇOS - UNIFORMES								
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	CATMAT REFERÊNCIA	QUANTIDADE	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL
22	Boné	Tipo tático, 100% Algodão, com aba, cor idêntica à da calça, com fecho regulável e com emblema da empresa bordado na parte frontal com a inscrição "SEGURANÇA".	602667	248	R\$ 17,00	R\$ 28,68	R\$ 25,00	R\$ 6.200,00
23	Crachá	Laminado em material PVC branco, Formato padrão CR-80, com as seguintes dimensões: 86 x 54 x 0,75mm (mesmo tamanho e espessura de um cartão de crédito), contendo a logomarca da empresa de segurança e o nome completo da vigilante, fixação tipo jacaré.	474485	285	R\$ 2,48	R\$ 5,73	R\$ 5,60	R\$ 1.596,00
TOTAL UNIFORMES								R\$ 418.155,61

Responsável pela cotação: Janaína Viveiros Souza - Junho/2024

PESQUISA DE PREÇOS - MATERIAIS DE CONSUMO							
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT (REFERÊNCIA)	QUANTIDADE	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	LIVRO PARA ANOTAÇÃO - Capa dura, com 100 (cem) folhas pautadas	411608	75	R\$ 10,20	R\$ 22,05	R\$ 19,91	R\$ 1.492,88
2	CANETAS ESFEROGRÁFICAS - Fabricada em material transparente na cor azul ou preta	615588	150	R\$ 0,60	R\$ 0,96	R\$ 0,73	R\$ 109,50
3	PAPEL SULFITE - Resma com 500 (quinhentas) folhas de papel reciclado, formato A4 (210 x 297 mm)	204658	4	R\$ 20,50	R\$ 27,59	R\$ 27,45	R\$ 109,80
TOTAL MATERIAIS							R\$ 1.712,18

Responsável pela cotação: Janaína Viveiros Souza - Junho/2024



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XIV
MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Proposta de Preço - Pregão Eletrônico nº _____ / 2024
Dados do Licitante
Razão Social:
CNPJ:
Endereço completo:
Telefone:
E-mail:
Dados Bancários do Licitante
Banco:
Agência:
Conta:
Praça de pagamento
Endereço da Ag.:
Dados do representante legal responsável pela assinatura do contrato
Nome:
Estado civil:
Profissão:
CPF:
Identidade:
Domicílio:
Cargo:
Prazo de validade da proposta: _____
Declaro que tenho ciência e concordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, relativamente às quais apresento a seguinte proposta de preços. _____, _____ de _____, de _____ (Local) (Data) _____ Assinatura do Representante Legal

RESUMO DA PROPOSTA			
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura			
Nº Postos	Nº Empregados	Valor Total MENSAL	Valor Total ANUAL
247	285	R\$ -	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

DETALHAMENTO DA PROPOSTA
Contratação Imediata + Expectativa de contratação futura

Localidade	Posto de trabalho ¹	Nº postos	Nº empregados por posto	Nº total de empregados	Valor proposto por empregado	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL ²
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 diurno	11	2	22				
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 diurno (social)	2	2	4				
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno	11	2	22				
Belo Horizonte	Vigilante Armado 12x36 noturno (social)	2	2	4				
Belo Horizonte	Vigilante Armado 44h	7	1	7				
Belo Horizonte	Vigilante Armado 44h (social)	5	1	5				
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h	28	1	28				
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado 44h (social)	22	1	22				
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 diurno	2	2	4				
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Monitoramento 12x36 noturno	2	2	4				
Belo Horizonte	Vigilante Desarmado Supervisor 44h (social)	2	1	2				
Belo Horizonte	Vigilante Armado intervalista	15	1	15				
Aimorés	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Alfenas	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Almenara	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Araçuaí	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Araguari	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Araxá	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Barbacena	Vigilante Armado 44h	2	1	2				



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Betim	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Bom Despacho	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Caratinga	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Cataguases	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Caxambu	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Congonhas	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Conselheiro Lafaiete	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Contagem	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				
Contagem	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Coronel Fabriciano	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Curvelo	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Diamantina	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Divinópolis	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Formiga	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Frutal	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Governador Valadares	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Guanhães	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Guaxupé	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Itabira	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Itajubá	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Itaúna	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Ituiutaba	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Iturama	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Januária	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
João Monlevade	Vigilante Armado 44h	2	1	2				



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Juiz de Fora	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Lavras	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Manhuaçu	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Monte Azul	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Montes Claros	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Muriaé	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Nanuque	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Nova Lima	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				
Nova Lima	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Ouro Preto	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Pará de Minas	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				
Pará de Minas	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Paracatu	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Passos	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Patos de Minas	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Patrocínio	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Pedro Leopoldo	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Pirapora	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Piumhi	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Poços de Caldas	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Ponte Nova	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Pouso Alegre	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				
Ribeirão das Neves	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Sabará	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Sabará	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Santa Luzia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				
Santa Luzia	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Santa Rita do Sapucaí	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
São João Del Rei	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
São Sebastião do Paraíso	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Sete Lagoas	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Teófilo Otoni	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Três Corações	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Ubá	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Uberaba	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Uberlândia	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				
Uberlândia	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Unai	Vigilante Armado 44h	2	1	2				
Varginha	Vigilante Armado 12x36 noturno	1	2	2				
Varginha	Vigilante Armado 44h	2	1	2				

¹ Os postos contemplados com uniforme social foram identificados com a expressão (social), todos os demais se inserem na categoria de uniforme operacional

² O valor anual corresponde ao respectivo valor mensal multiplicado por 12 meses



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

OBSERVAÇÕES SOBRE A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

- a) Os licitantes deverão informar os preços por item, valor por empregado, valor unitário do posto mensal, valor total mensal e valor total anual, conforme planilha “Detalhamento da Proposta” acima.
- b) Somente o arrematante deverá encaminhar ao Tribunal a proposta comercial detalhada e ajustada ao valor do lance, constando todas as características que individualizem o produto e/ou serviço ofertado, acompanhada das respectivas planilhas preenchidas em formato Microsoft Excel e em PDF, juntamente com a memória de cálculo detalhada constando a metodologia e as fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos, nos termos constante do [Anexo X](#) deste Termo de Referência.
- c) Ao ajustar os preços ao valor do lance, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais.
- d) A proposta deverá estar acompanhada de cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal. Caso seja designado um procurador, deverá ser apresentada a procuração que conceda poderes específicos para representar a empresa em licitações e firmar contratos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XV
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A CEF

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 21CN043

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO**, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o Nº. 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Sandra Pimentel Mendes, brasileira, casada, portadora do documento de identificação nº. M-1.312.778, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, e do CPF nº. Nº 632.405.056-49, residente e domiciliada em Nova Lima/MG, no uso das atribuições, conferidas pela Portaria nº TRT/GP 03/2020 de 02 de janeiro de 2020, em decorrência da nomeação constante da Portaria TRT/GP 06/2020 de 02 de janeiro de 2020, disponibilizadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 30 de dezembro de 2019, doravante denominado **TRIBUNAL**, e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-lei 759, de 12.08.69, regida atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973 de 28.30.2013, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 04, Lotes 3 e 4, neste ato representada por seu Superintendente Regional, Emerson Leal Rocha, brasileiro, casado, portador do documento de identificação nº. MG-15.037.680, expedida por SSP/MG, e do CPF nº. 085.933.766-90, com endereço profissional em Belo Horizonte/MG, doravante denominada **CAIXA**, têm justo e acordado celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para abertura de contas vinculadas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas dos contratos de mão de obra firmados pelo **TRIBUNAL** com empresas privadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva, nos termos do Processo e-PAD 12.913/2021, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Acordo de Cooperação Técnica entende-se por:

- 1 – CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.
- 2 – Proponente: pessoa jurídica privada que possui contrato de prestação de serviços firmado com o **TRIBUNAL**.
- 3 – Encargos: custos relativos às obrigações trabalhistas devidos a empregado contratado pela empresa e a serviço do **TRIBUNAL**.
- 4 – Rubricas: itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **TRIBUNAL**.
- 5 – Conta Vinculada: conta depósito pessoa jurídica privada, bloqueada para movimentação, aberta em nome dos proponentes de cada contrato firmado com o **TRIBUNAL**, atualizada pela remuneração básica e juros “*pro rata die*” e cuja utilização é exclusiva para crédito das rubricas de encargos trabalhistas.
- 6 – Usuário: servidor do **TRIBUNAL**, por ele formalmente indicado em relação anexa a este Instrumento (Anexo II), responsável pela gestão dos contratos firmados, com conhecimento das senhas para consultas das Contas Vinculadas, via GOVCONTA CAIXA.
- 7 – Sistema GOVCONTA CAIXA: sistema de acesso via Internet que permite o gerenciamento de forma centralizada das respectivas Contas Vinculadas.
- 8 – GovConta CAIXA: conta virtual gerada pelo sistema GOVCONTA CAIXA a qual são agregadas as contas vinculadas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

9 – Partícipes: referência ao TRIBUNAL e à CAIXA.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas dos contratos de mão de obra firmados pelo TRIBUNAL com empresas privadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva, bem como viabilizar o acesso aos saldos e extratos e/ou movimentação das contas abertas, através do sistema GOVCONTA CAIXA.

Para a consecução do objeto do presente ACORDO de Cooperação Técnica, serão adotados os seguintes procedimentos:

1. Para cada Contrato firmado entre o TRIBUNAL e o Proponente, será aberta uma conta vinculada pessoa jurídica, bloqueada para movimentação, em nome do Proponente do contrato.
2. A conta vinculada será exclusivamente aberta para o recebimento de rubricas de encargos trabalhistas pagos aos proponentes dos contratos, conforme artigo 1º da Resolução CNJ 169 de 31 de janeiro de 2013.
3. Abertura de uma GovConta CAIXA em nome do TRIBUNAL.
4. A conta vinculada pessoa jurídica, aberta em nome da proponente, será vinculada à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL.
5. A movimentação dos recursos na Conta Vinculada será providenciada exclusivamente à ordem do TRIBUNAL.
6. Será facultada ao TRIBUNAL a movimentação de recursos da Conta Vinculada – bloqueada para movimentação – para a Conta Única do Tesouro Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, cadastramento, captação e movimentação dos recursos se darão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. O TRIBUNAL firma contrato com os proponentes.
2. O TRIBUNAL envia Ofício à CAIXA solicitando a abertura de uma conta vinculada, bloqueada para movimentação, em nome do proponente do contrato, conforme modelo constante no Anexo I.
3. A CAIXA recebe Ofício do TRIBUNAL e, após a entrega, pelo proponente dos documentos necessários, procede à abertura da conta vinculada – bloqueada para movimentação em nome do proponente.
4. Quando do processo de abertura da conta o proponente assina autorização, em caráter irrevogável e irretratável, para que os representantes legais do TRIBUNAL possam, de forma exclusiva, consultar e movimentar a conta vinculada.
5. A CAIXA agrega a Conta Vinculada – bloqueada para movimentação aberta à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL, para gerenciamento de forma centralizada.
6. A CAIXA envia Ofício ao TRIBUNAL, contendo o número da conta vinculada, conforme modelo constante no Anexo IV.
7. O TRIBUNAL informa à CAIXA o nome do (s) representante (s), legal (is) responsável (is) pelas consultas/movimentações das contas vinculadas e cadastramento de demais usuários, conforme modelo constante no Anexo II.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

8. O TRIBUNAL encaminha seu (s) representante (s) à Agência da CAIXA, munido (s) do documento de identificação, CPF e comprovante de residência, para assinar o Contrato de Prestação de Serviços do GOVCONTA CAIXA e cadastrar as senhas de acesso.
9. O TRIBUNAL informa a CAIXA sobre eventual alteração da lista de servidores aptos a consultar e/ou movimentar a (s) Conta (s) vinculada (s).
10. O TRIBUNAL assina o Contrato de Prestação de Serviços GOVCONTA CAIXA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a CAIXA.
11. A CAIXA cadastra e fornece senha aos representantes do TRIBUNAL no GOVCONTA CAIXA.
12. O TRIBUNAL credita mensalmente os recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços advindos do contrato firmado com a proponente na conta vinculada, aberta e mantida exclusivamente nas agências da CAIXA.
13. O TRIBUNAL envia Ofício à CAIXA solicitando a movimentação dos recursos;
14. No caso de indisponibilidade, por qualquer razão, do GOVCONTA CAIXA os saldos, os extratos e a movimentação financeira das contas vinculadas serão efetuados mediante solicitação via Ofício a ser remetido pelo TRIBUNAL à CAIXA.
15. A CAIXA recebe ofício e cumpre a determinação de movimentação da conta vinculada, no prazo de 4 dias úteis, dando ciência ao TRIBUNAL, por meio de Ofício.
16. Os recursos depositados na conta vinculada, bloqueados para movimentação, serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.
17. O TRIBUNAL adequa-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA.

CLÁUSULA QUARTA
DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL

Ao TRIBUNAL compete:

1. Firmar o contrato com os Proponentes.
2. Encaminhar ofício à Agência da CAIXA solicitando a abertura da conta vinculada em nome do proponente, conforme modelo constante no Anexo I.
3. Designar, por meio de ofício no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) servidores para os quais a CAIXA disponibilizará senha para consulta a saldo e extrato/movimentação da conta vinculada, via GOVCONTA CAIXA, conforme modelo constante no Anexo II.
4. Informar a CAIXA sobre eventual alteração da lista de servidores aptos a consultar/movimentar a (s) conta (s) vinculada (s).
5. Comunicar ao proponente, conforme modelo constante no Anexo III, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas, bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da Caixa Econômica Federal, onde a conta vinculada foi aberta, a fim de providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VII, para que o TRIBUNAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
6. Assinar o Contrato de Prestação de Serviços GOVCONTA CAIXA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a CAIXA.
7. Remeter Ofícios à Agência da CAIXA, detentora da conta vinculada, solicitando a movimentação de recursos das contas vinculadas, conforme modelo constante no Anexo V.
8. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso ao GOVCONTA CAIXA, onde será possível o acesso aos saldos, extratos.
9. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso ao sistema GOVCONTA CAIXA.
11. Instruir seus usuários sobre a forma de acesso às transações do sistema GOVCONTA CAIXA.
12. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas GOVCONTA CAIXA, conforme item 3 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
13. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
14. Comunicar tempestivamente à CAIXA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Auto Atendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
15. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da CAIXA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas GOVCONTA CAIXA.
16. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas no sistema GOVCONTA CAIXA, colocado à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do TRIBUNAL , que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do BANCO.

CLÁUSULA QUINTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA CAIXA

À CAIXA compete:

1. Efetuar abertura da conta vinculada, mediante recebimento do Ofício do TRIBUNAL e comparecimento do proponente à agência da CAIXA, munido da documentação necessária.
2. Coletar autorização do proponente para que os representantes legais do TRIBUNAL formalizem convênio para acesso aos sistemas da CAIXA, efetuem consultas e/ou autorizem a movimentação da conta vinculada, por intermédio dos servidores designados pelo TRIBUNAL , conforme modelo constante no Anexo VII.
3. Disponibilizar o sistema GOVCONTA CAIXA ao TRIBUNAL .
4. Gerar e fornecer até 4 (quatro) senhas iniciais de acesso ao sistema GOVCONTA CAIXA, condicionado à emissão de autorização de consulta e movimentação da Conta Vinculada, conforme item 2 da presente cláusula.
5. Informar ao TRIBUNAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA, por intermédio do sistema GOVCONTA CAIXA.
6. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento.
7. Encaminhar Ofício ao TRIBUNAL com a informação do número da conta vinculada, conforme modelo constante no Anexo IV.
8. Agregar a conta vinculada aberta à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL , para gerenciamento de forma centralizada.
9. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
10. Informar ao TRIBUNAL acerca dos procedimentos adotados em atendimento aos ofícios recebidos.
11. Informar ao TRIBUNAL acerca da efetivação da movimentação de recursos das contas vinculadas, no prazo de 4 dias úteis, em atendimento aos Ofícios recebidos, conforme modelo constante no Anexo VI.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

12. Zelar para que os recursos depositados em contas vinculadas sejam movimentados exclusivamente com expressa anuência do TRIBUNAL .

13. Realizar a isenção de tarifas para abertura e manutenção, não se aplicando a isenção às movimentações, que deverão ser pagas pelo Proponente.

CLÁUSULA SEXTA
DO ACOMPANHAMENTO

Atuará como gestor deste ajuste, nos termos da Instrução Normativa TRT nº 07/2013, e do art. 67 da Lei 8.666/93, o Secretário de Liquidação e Pagamento de Despesas do TRIBUNAL .

Parágrafo Único: A execução do objeto deste contrato será fiscalizada pelo Chefe da Seção de Liquidação de Serviços Terceirizados do TRIBUNAL .

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Acordo de Cooperação Técnica não implica em desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os PARTICÍPES.

CLÁUSULA OITAVA
DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 60 meses, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

Parágrafo único: As contas vinculadas abertas até a data de entrada em vigor deste Acordo permanecem regidas pelas regras dos acordos então vigentes, salvo opção expressa do TRIBUNAL.

CLÁUSULA NONA
DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela Pública ou TRIBUNAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificados ou suprimidas, mediante ACORDO Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses ACORDOS a serem parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a este Acordo serão feitos por escrito. Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos Partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Parágrafo único: A comunicação entre os Partícipes, no que couber, poderá ser realizada via correio eletrônico, observada a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA RESCISÃO

Este ACORDO de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Acordo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal dessa Capital.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmaram o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DECLARAÇÃO

A CAIXA e a CONTRATANTE se comprometem a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos no contrato.

	d	d
	e	e

Local e Data

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
TERCEIRA REGIÃO

Sandra Pimentel Mendes
632.405.056-49
Diretora-Geral

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Emerson Leal Rocha
085.933.766-90
Superintendente Regional

Testemunhas

Testemunha
CPF

Testemunha
CPF

ANEXO I DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

MODELO DE OFÍCIO COM SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA

Ofício nº NNNN/AAAA/ Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

(Nome do gerente)

(Endereço da Agência com CEP)

Senhor(a) Gerente,

1 Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este TRIBUNAL :

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO II DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

**MODELO DE OFÍCIO COM A RELAÇÃO DE SERVIDORES AUTORIZADOS A CONSULTAR/MOVIMENTAR A
CONTA VINCULADA**

Ofício nº NNNN/AAAA/ Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Assunto: Relação de Usuários do TRIBUNAL autorizados a consultar/movimentar a conta vinculada

Senhor (a) Gerente,

1 Informamos que os servidores, abaixo relacionados, estão autorizados a consultar e movimentar as contas vinculadas, abertas para abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Resolução CNJ nº 169, de 31 de março de 2013.

2 Abaixo, segue atual relação de Usuário(s):

Nome	CPF	Matrícula	Cargo/Função	Setor

(*) O primeiro usuário será o responsável por disponibilizar o acesso dos sistemas aos demais.

Atenciosamente,

Assinatura do servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO III DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU TRIBUNAL AO PROPONENTE ACERCA DO PEDIDO DE ABERTURA DE UMA CONTA VINCULADA, BEM COMO SOLICITANDO O COMPARECIMENTO DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA CONTRATADA À AGÊNCIA A FIM DE FORNECER A DOCUMENTAÇÃO ADEQUADA.

Ofício nº ____/20 – TRIBUNAL

Município/UF, de de 20 .

A Sua Senhoria o Senhor

[Nome do representante da empresa]Representante da [nome da Empresa]

Fone/FAX: .e-mail:

Assunto: Abertura de Conta Vinculada

Contrato: [número do contrato firmado entre o TRIBUNAL e a empresa]

Senhor Representante,

1 Em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº [número do Acordo] firmado entre a Administração Pública ou TRIBUNAL e a CAIXA para o gerenciamento de Contas Vinculadas, informamos a Vossa Senhoria que solicitamos a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – pertencente ao CNPJ sob nº , na Agência nº , da Caixa Econômica Federal, em seu nome, aberta para receber recursos retidos nas rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado entre essa empresa e esta Administração Pública ou TRIBUNAL .

2 Na oportunidade, solicitamos comparecer à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação ____/20____, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Caixa Econômica Federal e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta Administração Pública ou TRIBUNAL aos saldos da referida conta – depósito, aos extratos e as movimentações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informamos ainda que o descumprimento do prazo indicado no item anterior, previsto no inciso II do art. 6º da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do CNJ, poderá ensejar aplicação das penalidades contratuais previstas.

Atenciosamente,

Assinatura do Servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO IV DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

**MODELO DE COMUNICAÇÃO DA CAIXA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/TRIBUNAL SOBRE A ABERTURA DE
CONTA VINCULADA**

Nome da Agência

Endereço da Agência

Complemento do Endereço da Agência

CEP - Cidade da Agência/PA - UF

Ofício nº NNNN/AAAA/Sigla da Agência

Município, dia de mês de ano

Ao Senhor

Nome do Representante da Administração Pública/TRIBUNAL

Cargo do Representante

Nome da Administração Pública/TRIBUNAL

Endereço da Administração Pública/TRIBUNAL

CEP - Cidade - UF

Assunto: Informação de número de Conta Vinculada.

Prezado Senhor,

1. Informamos a abertura da Conta Vinculada nº para a empresa , CNPJ , referente ao Termo de Cooperação Técnica n.º , para movimentação exclusiva à ordem da Administração Pública/TRIBUNAL .

2. Oportunamente, informamos que o representante da Administração Pública/TRIBUNAL compareça à Agência , situada no endereço para cadastramento de senhas e assinaturas eletrônicas, para consultas e movimentações da Conta supracitada.

Atenciosamente,

Nome Gerente de Atendimento

Função

Sigla da Agência/PA

Nome Gerente Geral

Função

Sigla da Agência/PA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO V DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELO TRIBUNAL À CAIXA COM SOLICITAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DA CONTA VINCULADA

Ofício nº NNNN/AAAA/Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

[Nome do gerente]

[Endereço da Agência com CEP]

Assunto: Resgate de valores da Conta-Depósito Vinculada da empresa [Nome da empresa] [Número do Contrato]

[Número do processo administrativo]

Senhor(a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ da conta vinculada de titularidade da empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , aberta para receber recursos retidos de rubricas de encargos trabalhistas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado por este TRIBUNAL , e CREDITAR na seguinte conta corrente:

	Banco	Agência	Conta	CNPJ
DEBITAR				
CREDITAR				

Atenciosamente,

Assinatura do Servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VI DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELA CAIXA AO TRIBUNAL SOBRE EFETIVAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DA CONTA VINCULADA

[Nome da Agência]

[Endereço da Agência]

Ofício nº NNNN/AAAA/Sigla da Agência

Município, dia/mês/ano

Ao Senhor

[Nome do Representante do TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região]

[Cargo do Representante]

TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região

[Endereço do TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região]

Assunto: Informação de número de Conta Vinculada bloqueada para movimentação

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao seu Ofício nº / , de / / , informo a efetivação de DÉBITO no valor de R\$ na conta vinculada de nº , da agência nº , desta Instituição Financeira, em nome da empresa e CRÉDITO na conta de nº .

Atenciosamente,

Nome Gerente de Atendimento

Nº da Agência da Instituição Financeira

Sigla da Agência



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VII DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DO PROPONENTE PARA CONSULTA E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da CAIXA

(endereço da agência)

Senhor(a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas de encargos trabalhistas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com o TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta vinculada, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa titular da conta vinculada



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XVI
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa **XXXXXXXXXX**, com sede em **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) **XXXX**, portador do RG nº **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, DECLARA, sob as penas da lei:

Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal. Que não possui empregados(as) executando trabalho degradante ou forçado, conforme disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da

Constituição Federal;

Que não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades deste Tribunal, encarregadas desta contratação, nos termos do art. 2 da Resolução n. 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que não possui, em seu quadro funcional, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

DECLARA, por fim, sob as penas da lei, não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, conforme previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nos 29 e 105 e do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) representante



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XVII

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE
INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA**

1. A empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa deverá apresentar, conforme item 5 deste anexo, comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item 5 deste anexo, em que os dados de “Faturamento Mensal” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e a “Contribuição Apurada”, “Crédito Descontado” devem ser extraídos do Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;
 - b) cópia do Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual. Este documento apresenta o faturamento mensal;
 - c) cópia do Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual. Este documento apresenta a Contribuição Apurada, o Crédito Descontado de PIS e COFINS.
2. Caso a licitante/Contratada tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.
3. Para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da e/ou prorrogação contratual, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual.
4. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis nº10.637/2002 e nº10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.
5. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

1
2
3
4

EXEMPLO - Apuração do percentual médio efetivo de recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses:					
Mês/Ano	Faturamento Mensal (A)	Contribuição Apurada (B)	Crédito Descontado (C)	Contribuição Devida (D=B-C)	Percentual Efetivo (E=D/A)
mar/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
abr/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
mai/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jun/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jul/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
ago/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
set/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
out/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
nov/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
dez/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jan/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
fev/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Percentual médio do período					0,00%

EXEMPLO - Apuração do percentual médio efetivo de recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses:					
Mês	Faturamento Mensal (A)	Contribuição Apurada (B)	Crédito Descontado (C)	Contribuição Devida (D=B-C)	Percentual Efetivo (E=D/A)
mar/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
abr/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
mai/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jun/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jul/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
ago/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
set/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
out/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
nov/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
dez/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jan/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
fev/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Percentual médio do período					0,00%

- a) **Passo 1 - Mês** - Indicar os meses que a documentação fiscal se refere (EFD-Contribuições), conforme regras do Termo de Referência (últimos 12 meses cuja documentação já seja exigível pela Receita Federal). Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento. Para tanto, é necessário excluir as linhas dos meses não utilizados. Importante: O arquivo digital da EFD-Contribuições conterá as informações referentes às operações praticadas e incorridas em cada período de apuração mensal e será transmitido até o 10º (décimo) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao mês de referência da escrituração digital (art. 7º da IN RFB nº. 1.252/2012). Portanto, quando a depender do dia do mês, a data do último arquivo disponível por



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

parte da empresa terá uma diferença de até 2 meses anteriores a data da proposta. Exemplo: proposta de 02 de maio de 2024, o último arquivo exigível pela empresa foi entregue 10º dia útil de abril/2024 e se refere a escrituração de fevereiro/2024. Portanto, as alíquotas efetivas serão calculadas com base nos meses de março/2023 até fevereiro/2024.

- b) **Passo 2 - Faturamento Mensal (A)** - Preencher a coluna do Faturamento Mensal base de cálculo com os dados da coluna "Valor Total dos Itens" e linha "Total de Receitas/Saídas" dos Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. (Figura a seguir).

REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST					
Contribuinte:					
CNPJ:		Código SCP:			
Regime: Escrituração detalhada pelo regime de competência					
Período de Apuração: 01/02/2023 a 28/02/2023					
CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	67.514.099,38	64.483.165,28	64.483.165,28	1.005.839,73	4.633.310,62
02	174.264,42	174.264,42	174.264,42	1.132,72	6.970,58
TOTAL RECEITAS/SAIDAS	67.688.363,80	64.657.429,70	64.657.429,70	1.006.972,45	4.640.281,20
50	28.321.127,08	28.325.407,05	28.325.407,05	467.366,70	2.152.730,86
70	5.084.608,99	0,00	0,00	0,00	0,00
73	2.023.858,95	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	35.429.595,02	28.325.407,05	28.325.407,05	467.366,70	2.152.730,86

* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT_BC_PIS e QUANT_BC_COFINS).

- c) **Passo 3 - Contribuição Apurada (B) e Crédito Descontado (C)** - Preencher com os dados do Recibo de Entrega da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD Contribuições) referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o valor da contribuição cumulativa/não cumulativa, o crédito descontado de PIS e COFINS;

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED			Versão EFD-Contribuições: 5.0.2		
RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES					
IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO					
Contribuinte:					
CNPJ:	SCP:	Tipo: Original			
Identificação do arquivo:					
Período de apuração: 01/02/2023 a 28/02/2023					
APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		PIS/PASEP	COFINS		
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO					
Valor Total do crédito disponível relativo ao período		R\$ 466.893,92	R\$ 2.150.541,67		
Valor Total da Contribuição Apurada		R\$ 528.171,34	R\$ 2.433.180,14		
(-) Valor total dos créditos descontados		R\$ 466.893,92	R\$ 2.150.541,67		
(-) Valor total de retenções e outras deduções		R\$ 25.688,54	R\$ 118.562,55		
= Valor da contribuição Social a Recolher		R\$ 35.588,88	R\$ 164.075,92		
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO					
Valor Total da Contribuição Apurada		R\$ 3.778,62	R\$ 17.439,78		
(-) Valor total de retenções e outras deduções		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
= Valor da Contribuição Social a Recolher		R\$ 3.778,62	R\$ 17.439,78		

- d) **Passo 4 - Contribuição Devida (D=B-C) e Percentual Efetivo (E=D/A)** - Com base nos passos anteriores, a planilha calculará a contribuição devida, o percentual efetivo do mês e o percentual médio efetivo do período.

6. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante/Contratada e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.
7. O modelo da declaração, em formato excel editável, será disponibilizado pelo Contratante.